

**EDUARDO ZANATTA DE CARVALHO**

**TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES HAITIANOS E HAITIANAS EM BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ/SC: OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO LABORAL,  
O ASSOCIATIVISMO E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gláucia de Oliveira Assis

**Florianópolis – SC**

**2018**

Autorizada a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.  
Disponível também em formato eletrônico.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Carvalho, Eduardo Zanatta de  
TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES HAITIANOS E  
HAITIANAS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC: os desafios  
para a inserção laboral, o associativismo e a integração  
sociocultural. / Eduardo Zanatta de Carvalho. -- 2019.  
75 p.

Orientador: Glaucia de Oliveira Assis  
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de  
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento  
Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Florianópolis,  
2019.

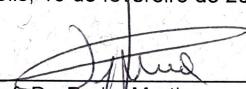
1. migração. 2. Haiti. 3. Brasil. 4. integração. I. Assis,  
Glaucia de Oliveira . II. Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento  
Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental. III. Título.

**EDUARDO ZANÁTTA DE CARVALHO**

**TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES HAITIANOS E HAITIANAS EM BALNEÁRIO  
CAMBORIÚ/SC: OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO LABORAL,  
O ASSOCIATIVISMO E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN-Profissional do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2018.

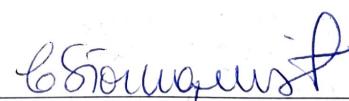
  
Prof. Dr. Pedro Martins  
Coordenador do Programa

**Banca Examinadora:**

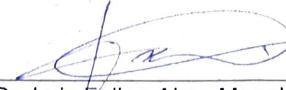
Presidente:

  
Prof. Dr. Pedro Martins  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Profª Drª Carmen Susana Törnquist  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Prof. Dr. Luiz Felipe Aires Magalhães  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



A todos que chegam, sem saber o que esperar.



## AGRADECIMENTOS

Foram muitos quilômetros entre Balneário Camboriú e Florianópolis. Foi uma jornada com diferentes horários, rotas e pessoas. Alguns dias saindo antes de o sol nascer, outros correndo direto do trabalho para a aula. Dei carona, ganhei carona e aprendi os horários dos ônibus. Mas foi uma experiência especial e preciso agradecer a algumas pessoas que me apoiaram, ajudaram e, de certa forma, curtiram tudo isso comigo.

Às pessoas da comunidade haitiana e os membros da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú, que abriram as portas de suas casas, compartilharam momentos, angústias e perspectivas. Foi um aprendizado que não tenho como agradecer em palavras.

À professora Gláucia de Oliveira Assis, minha orientadora, que tenho muito a agradecer. Creio que, durante o percurso na universidade, muitos encontram professoras excelentes e com elevado índice de produção acadêmica. Mas acredito que poucos tenham a sorte de encontrar uma orientadora com a mesma sensibilidade, carinho e compreensão para lidar com os orientandos. Foi um prazer conhecer o Chico, a Vitória e o Gabriel. Obrigado.

Ao Sr. Pedro, meu chefe, que desde o início deu toda força e apoio para eu poder conciliar trabalho e estudo. Sem autorização dele, essa dissertação não seria possível. Agradeço também a toda nossa turma de gabinete, que me aguentou nos últimos dois anos dividindo as preocupações entre nossas demandas e os estudos.

Às minhas duas colegas de jornada, Fabi e Cláudia, que compartilharam comigo a rota BC-Floripa, filas na ponte, debates sobre onde almoçar ou jantar, previsões das cartas de tarô e risadas. Sem falar nas preocupações com notas e prazos. Foi um prazer.

Ao Bruno, amigo querido e companheiro de luta, um conselheiro acadêmico do mais alto nível. Muito obrigado pelas dicas, leituras e conversas. Você não tem noção de como isso foi importante.

À Bel, querida, por abrir as portas do apartamento todas as vezes em que precisei dormir em Floripa. Você permitiu que a tua casa fosse um pouco minha.

À minha família, dona Dirce que sempre deu forças para eu continuar os estudos, incentivou e ficava preocupada quando eu saia muito cedo ou chegava muito tarde. Se havia comido e dormido direito. Ao meu pai, Celinho, que sempre acordava assustado comigo saindo às 6h da manhã para pegar a estrada, sem saber direito o que estava acontecendo. Jamais negou qualquer incentivo aos estudos. Ao Lipi e a Dani, que falam muita besteira e incomodam, mas sempre que precisei, estavam ali a postos.

À Camila, minha companheira de vida. Você foi fundamental para eu fazer esse mestrado desde o dia em que encerravam as inscrições para matrícula no processo seletivo do PPGPlan. Eu estava em dúvidas se era a hora de disputar uma vaga no programa de mestrado. Agora vejo que não existe momento certo. Você me incentivou durante todo o dia e segurou a porta da agência dos Correios minutos antes de fechar. Se eu não tivesse colocado aquele pré-projeto de pesquisa no Sedex, talvez jamais tivesse feito esta pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a imigração haitiana para Balneário Camboriú, buscando compreender o momento da chegada, as redes que construíram e como se dá a inserção laboral, a integração sociocultural dos migrantes e a atuação da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú. Para tanto, realizamos um breve histórico da constituição histórica e política do Haiti, o percurso migratório até o Brasil e como haitianos, homens e mulheres, chegaram à cidade, buscando compreender como ocorre o entrelaçamento das relações de gênero e raça na comunidade haitiana de Balneário Camboriú. O trabalho de campo realizou-se em Balneário Camboriú, com observações preliminares ocorridas a partir de 2013 em pesquisas exploratórias, e no período de 2015-2017 de maneira mais sistemática acompanhando as atividades cotidianas dos imigrantes haitianos. A pesquisa realizou-se utilizando a metodologia da observação participante e entrevistas realizadas com homens e mulheres que narraram suas experiências migratórias.

**Palavras-chave:** imigração-Brasil, Haiti, gênero, mercado de trabalho, Balneário Camboriú.



## ABSTRACT

This dissertation approaches the Haitian immigration to Balneário Camboriú, seeking to understand the moment of arrival, the networks they have built, as well as how the labor insertion and the socio-cultural integration of the migrants and the work of the Association of Haitians of Balneário Camboriú take place. To do so, we give a brief history of the historical and political constitution of Haiti, the migratory journey to Brazil, and how the Haitians, men and women, arrived in Balneário Camboriú, seeking to understand how the intertwining of gender and race relations occurs in the Haitian community of Balneário Camboriú. The Fieldwork was carried out in Balneário Camboriú, with preliminary observations already taking place from 2013 on exploratory research, and in the period of 2015-2017 in a more systematic way, following the daily activities of Haitian immigrants. The research was conducted using the methodology of participant observation and interviews with men and women who narrated their migratory experiences and helped to understand how the labor insertion of immigrants occurs and the socio-cultural integration of Haitian men and women in Balneário Camboriú.

**Keywords:** imigration-Brazil, Haiti, gender, labor market, Balneário Camboriú.



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – A sopa de abóbora haitiana.....	49
Figura 2 – Riachuelo apresenta vagas na reunião da ASHABC.....	53
Figura 3 – Conferência Livre de Migração Haitiana de BC.....	53
Figura 4 – Perspectivas da juventude haitiana.....	54
Figura 5 – Dia da Bandeira.....	55
Figura 6 – Independência do Haiti.....	55
Figura 7 – Prefeito recebe demandas no gabinete.....	56
Figura 8 – Jantar de Natal.....	57
Figura 9 – Assinatura do Projeto de Lei 60/2015.....	58



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Faixa etária dos imigrantes haitianos em BC – 2016.....	36
Tabela 2 – Ocupação dos imigrantes haitianos em BC – 2016.....	37
Tabela 3 – Data da chegada em BC.....	38



## **LISTA DE SIGLAS**

ASHABC – Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú  
CAT – Comunicação de Acidente no Trabalho  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
COMJUV – Conselho Municipal da Juventude de Balneário Camboriú  
COMSIP – Conselho Municipal de Segurança e Incolumidade Pública  
CONSEAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional  
CNIg – Conselho Nacional de Imigração  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
CTPS – Carteira de Trabalho  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
FPM – Faculdade Municipal de Palhoça  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
MHAVE – Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior  
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti  
MPT – Ministério Público do Trabalho  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PROHAITI – Programa de Acesso à Educação Superior da Universidade Federal da  
Fronteira Sul para Estudantes Haitianos  
RNE – Registro Nacional de Estrangeiro  
SECHOBAR – Sindicato dos Empregados em Hotéis, Serviços de Hospedagem, Bares,  
Restaurantes e Fast Foods de Balneário Camboriú  
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros  
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta  
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina  
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí  
SITICOM – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário  
de Balneário Camboriú



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	21
O PERCURSO DA PESQUISA – ACOMPANHANDO O COTIDIANO DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....	24
DE MIGRANTE A PESQUISADOR: CAMINHOS CONVERGENTES.....	26
<b>1 OS DESLOCAMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE POPULAÇÃO.....</b>	29
1.1 A NOÇÃO DE DIÁSPORA HAITIANA.....	31
<b>1.1.1 Contexto da migração haitiana.....</b>	32
1.2 OS HAITIANOS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....	34
<b>1.2.1 Homens e mulheres.....</b>	36
<b>1.2.2 Faixa etária.....</b>	36
<b>1.2.3 Ocupação.....</b>	37
<b>1.2.4 Data da chegada.....</b>	37
<b>2 OS IMIGRANTES E O COTIDIANO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....</b>	39
2.1 TRABALHO.....	39
2.2 SAÚDE.....	43
2.3 EDUCAÇÃO.....	46
2.4 MORADIA.....	47
2.5 CULTURA.....	48
<b>3 A ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO SOCIOCULTURAL.....</b>	51
3.1 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....	51
3.2 PL 60/2015: O RECONHECIMENTO PÚBLICO DA ASHABC.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	59
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	61
<b>ANEXOS.....</b>	65
A – Roteiro de entrevistas.....	65
B – Relatório da Conferência Livre de Migração e Refúgio de Balneário Camboriú.....	67
C – Carta de Florianópolis.....	70



## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de analisar a perspectiva dos imigrantes haitianos, homens e mulheres, sobre sua inserção laboral e seu processo de integração sociocultural no município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. Um dos fatores que motivaram a crescente onda de imigração Haiti-Brasil está relacionado aos processos históricos de emigração haitiana e aos últimos desastres naturais que assolaram a população, especialmente o terremoto de 2010, que matou cerca de 300 mil pessoas e deixou 1,5 milhão de desabrigados.

O terremoto, que teve epicentro em Porto Príncipe, capital do Haiti, assolou este pequeno território caribenho, que já era considerado um dos países mais pobres do planeta e o mais pobre de todo o continente americano, fazendo com que perdesse boa parte de sua infraestrutura, incluindo até mesmo o palácio de governo. Este terremoto e suas consequências debilitaram ainda mais o seu comércio, indústria e, consequentemente, toda sua sociedade. Somado este evento à crise econômica internacional, manifestada mais fortemente desde meados de 2007, muitos haitianos encontraram na migração internacional, uma alternativa para a busca de empregos e oportunidades, intensificando uma diáspora que já faz parte da história haitiana, mas que a partir de 2010, terá o Brasil também entre seus destinos, como veremos nesse trabalho.

A migração pode ser compreendida como um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento humano, mediante o qual as pessoas respondem a processos ambientais, políticos e econômicos (CASTLES, 2010). Este processo pode ser local, compreendido entre a espacialidade socialmente condicionada de uma cidade; regional, motivado pelas diferenças de desenvolvimento das regiões de um mesmo país; ou internacional, para cujas causas há diversos enfoques analíticos, de diferentes perspectivas teóricas, mas assemelhados no trato das diferenças internacionais como fator migratório. O foco da pesquisa será esta última forma, pois nos permite avaliar melhor os condicionantes globais do processo migratório, os efeitos da crise econômica internacional, da tragédia do terremoto haitiano, bem como os limites e possibilidades destes imigrantes, homens e mulheres no mercado de trabalho local de Balneário Camboriú.

A migração dos haitianos para o Brasil é um processo que teve início após o terremoto e hoje forma um fluxo migratório. No momento de chegada dos imigrantes haitianos, em 2011, a desatualização da legislação brasileira, conhecida como Estatuto do Estrangeiro

(1980), concebida durante a ditadura militar, parte da ótica do imigrante como uma ameaça a segurança e soberania nacional. As questões humanitárias<sup>1</sup> que foram colocadas quando milhares começaram a chegar ao norte do país e solicitar refúgio, pressionaram os estados à adoção de políticas públicas específicas para o atendimento dos imigrantes e fez com que a chegada desses imigrantes seja um fenômeno novo, exigindo coordenação e cooperação dos entes federados. Apesar das medidas tomadas pelo governo e do apoio da sociedade civil organizada, frente à realidade do novo processo migratório, a ausência de políticas específicas dificulta avanços em políticas sociais.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIG), respondendo a essa realidade, publicou pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, cotas para uma determinada nacionalidade. A Resolução Normativa no. 97 de 12 de janeiro de 2012, dispõe sobre a concessão de visto humanitário especial, previsto no artigo 16 da lei no. 6815 de 19 de agosto de 1980, aos imigrantes haitianos. A medida garante a residência permanente pelo período de cinco anos e a emissão da Cédula de Identidade do Estrangeiro, garantindo assim, os direitos sociais aos nacionais do Haiti.

Esse fluxo migratório contribuiu para a formação de uma comunidade haitiana em Balneário Camboriú. Em 2011, chegava à cidade o primeiro grupo de haitianos e, posteriormente, ações começam a ser tomadas. Na perspectiva da segurança pública, a migração é vista como caso de polícia e o migrante é criminalizado, pois na esfera do Poder Público o único espaço de discussão sobre a realidade dos novos moradores é centrada no Conselho Municipal de Segurança Pública (COMSIP).

A chegada dos imigrantes em Balneário Camboriú se tornou um desafio para as políticas públicas locais, pois: como receber os migrantes que chegavam de ônibus à cidade em busca de acolhimento, emprego e moradia? A cidade, um polo turístico, não estava preparada para receber esses migrantes devido a ausência de políticas públicas específicas. A rede de acolhimento constitui-se a partir da iniciativa de associações, movimentos, sindicatos, igrejas e entidades da sociedade civil organizada, mas sem nenhuma articulação do Poder Executivo Municipal. Pois não eram os imigrantes brancos europeus do final do século XIX e sim imigrantes provenientes de um dos países mais pobres da América e uma população negra, o que impacta fortemente no imaginário europeu da cidade. O processo atual fugiu do perfil de imigrante desejado, que vigorou na política migratória brasileira do passado (FRAZÃO, 2017).

---

<sup>1</sup> A resolução do CNIG 01/2012 regulamentava a expedição de visto humanitário a discussão sobre a concessão de visto e situação dos migrantes será realizada no capítulo seguinte.

O problema da pesquisa apresenta-se desafiador e tem-se buscado responder: de que maneira questões de raça, gênero e classe impactam no processo de acolhimento desses migrantes? Como os\as imigrantes haitianos\as se inserem no mercado de trabalho local? Quais as políticas de acolhimento a esses migrantes? A partir destes questionamentos, a pesquisa objetiva descrever a trajetória dos migrantes haitianos na cidade de Balneário Camboriú e analisa os desafios da inserção laboral e social para homens e mulheres migrantes, com destaque para a função exercida pela ASHABC neste processo.

Para compreendermos o fluxo migratório estabelecido, a pesquisa também apontará a alguns objetivos específicos, como: analisar o processo político no Haiti que ocasionou a migração; verificar o entrelaçamento das relações de gênero e raça na comunidade haitiana de Balneário Camboriú; fornecer material frente à ausência de dados oficiais, contribuindo para traçar um perfil social destes imigrantes, em especial das mulheres, suas percepções pessoais, e vislumbrando em que medida suas duas principais manifestações tipológicas (imigrantes ilegais, deslocados por transposição clandestina de fronteiras, e força de trabalho qualificada, deslocada por distintas razões) acarretam no êxodo ao Brasil, e em particular a Balneário Camboriú; e, finalmente, analisar a relação que atualmente se consolida entre a crise econômica internacional (expressada, sobretudo, em termos de aumento do desemprego, diminuição da atividade econômica, recessão técnica e diminuição dos salários), o terremoto no Haiti, e outros possíveis fatores condicionantes destes fluxos migratórios.

A justificativa para pesquisar a inserção dos haitianos em Balneário Camboriú é o impacto que a presença desses imigrantes causou no cotidiano da cidade. Seja no mercado de trabalho, seja ao passear na rua, ir às igrejas ou aos shoppings. Homens e mulheres negros descobriram no Brasil, como a questão étnico-racial é um marcador importante nas relações sociais e além disso, como estes haitianos – e, sobretudo, haitianas – se inserem de forma diferenciada no mercado de trabalho e também nos espaços de sociabilidade. Pretende-se com essa pesquisa compreender como se inserem os haitianos e haitianas em Balneário Camboriú, para entender como gênero, raça e classe são fatores que marcam suas experiências de inserção laboral e nos espaços da cidade.

Discutir as construções de gênero na migração haitiana é fundamental para compreendermos importantes processos históricos que são marcados por estas relações, como colonização, imperialismo de potências externas e questões ambientais, que tem influência na constituição do excedente migratório, fenômenos ainda pouco estudados na realidade local de Balneário Camboriú.

Consideramos esta pesquisa importante, pois, ademais de serem relativamente recentes os eventos que produziram a migração haitiana, se percebe uma carência de estudos qualitativos e quantitativos sobre a realidade dos imigrantes haitianos e haitianas em Balneário Camboriú, o que permitiria agregar dados e informações que contribuam para a construção de um panorama específico que possibilite apontar soluções para dita problemática, nas áreas da Geografia Humana, da Sociologia do Trabalho, entre outras das Ciências Sociais.

Além das dificuldades enfrentadas pelos homens na inserção laboral, observamos ao longo da pesquisa que as mulheres imigrantes haitianas encontram muitas dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho balneocamboriuense, pois, à diferença dos homens, que conseguem rápida e facilmente trabalho em setores como construção civil, entre outros, que requerem mão de obra pesada, as mesmas não tem as mesmas condições de competir no mercado laboral. Em conversas informais, verifica-se que, seja devido a possível reprodução das relações de gênero existentes no Haiti, o espaço de participação e sociabilidade das mulheres, fica muitas vezes, limitado ao interior de suas próprias casas.

A dissertação pretende descrever as trajetórias dos imigrantes haitianos, seus processos de integração social e Identificar quais as políticas públicas existiam ou foram construídas a partir da chegada desses imigrantes. Além disso, é fundamental descrever a atuação da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC), no diálogo com a sociedade e no auxílio aos processos de integração dos migrantes, para dar visibilidade às trajetórias das mulheres migrantes, um grupo que, muitas vezes, não é percebido, devido a seu contingente ser menor, mas que tem crescido e se encontra em maior vulnerabilidade social. Por fim, este trabalho pretende contribuir e ressaltar a importância da construção de bancos de dados que possibilitem mapear a população migrante e contribuir para a formulação de políticas públicas.

## O PERCURSO DA PESQUISA – ACOMPANHANDO O COTIDIANO DOS IMIGRANTES HAITIANOS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

O método de pesquisa adotado articula entrevistas semiestruturadas com trabalho de observação participante, visando identificar as experiências dos migrantes no seu dia a dia o trabalho, o lazer e a saúde, dimensões estas da vida cotidiana, que revelam os caminhos da integração sociocultural e suas dificuldades, como o preconceito e a discriminação.

Como afirma Minayo (2013, p. 14), a primeira característica da pesquisa nas Ciências Sociais, é considerar o objeto histórico, pois as sociedades humanas existem numa determinada configuração social que depende de sua formação e especificidades.

Como consequência da primeira característica, é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social. Em terceiro lugar, é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador.

Ruth Cardoso (2004) afirma que “a pesquisa é sempre uma aventura nova a qual precisamos refletir”. Em outras palavras, trata-se de um esforço para explicar a sociedade e, nesse caso, homens e mulheres da comunidade haitiana em Balneário Camboriú. Neste sentido, o objetivo de dar visibilidade às trajetórias desse grupo migrante, que tem crescido e que se encontra em maior vulnerabilidade social, é fundamental para tentar explicar os obstáculos e desafios para a integração da comunidade haitiana de Balneário Camboriú.

O trabalho de campo foi construído a partir de 2013, com observações preliminares, e realizado de maneira mais sistemática entre 2014 e 2017, englobando a observação participante em reuniões ordinárias da ASHABC, cultos religiosos, reuniões de conselhos municipais, festa das nações, apresentações culturais, fóruns, seminários e atividades em alusão aos dias nacionais do Haiti. O acesso à comunidade e a oportunidade de observação participante decorre da inserção do pesquisador em trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Municipal da Juventude de Balneário Camboriú (COMJUV), entidade que atua nas áreas da saúde, cultura e representação política junto à ASHABC.

As entrevistas foram realizadas com homens e mulheres, além de lideranças comunitárias e religiosas da comunidade haitiana. Baseia-se, principalmente, na evidência e análise de seis entrevistas semiestruturadas, realizadas com três mulheres e três homens, em suas residências ou locais de trabalho. Foram entrevistados membros da diretoria da Associação dos Haitianos; um pastor de uma igreja neopentecostal; uma liderança haitiana retornada para o país; e pessoas que atuaram voluntariamente nas atividades relatadas no campo. É fundamental ressaltar que todos os nomes são fictícios, visando garantir o anonimato das mulheres e homens que contribuíram voluntariamente para essa pesquisa.

No Capítulo 1, esta dissertação apresenta autores que dialogam com a noção de diáspora no contexto da migração haitiana. Além de apresentar dados sobre o fluxo migratório de haitianos à Balneário Camboriú. O Capítulo 2 aborda as experiências e relatos do pesquisador no campo. O intuito é identificar os principais as principais demandas da comunidade haitiana. Por fim, no Capítulo 3, é analisada a atuação da ASHABC, a relação com o Poder Público e a proposta legislativa que concede o título de utilidade pública para a Associação.

## DE MIGRANTE A PESQUISADOR: CAMINHOS CONVERGENTES

No percurso da minha formação em relações internacionais, tive a oportunidade de fazer intercâmbios e morei por duas vezes nos EUA, Suíça, Portugal e China. Mas qual seria o interesse de abordar esse tipo de experiência pessoal numa pesquisa acadêmica?

Acredito que pelo fato de ser brasileiro, branco, ocidentalizado e intercambista, eu estaria imune de qualquer preconceito, certo? Porém, trabalhando como garçom, nos EUA, infelizmente tive que ouvir piadas preconceituosas sobre a minha origem e nacionalidade. Ou ainda, o famoso discurso retórico sobre imigrantes que chegam para roubar os empregos dos nativos. Em Portugal, arranjei um trabalho de meio período, pois a minha bolsa isentava os pagamentos das mensalidades aqui no Brasil, mas não recebia nenhum tipo de auxílio ou valor mensal para custeio. A minha função era vender um combo de telefone, internet e televisão para os lusitanos. As manifestações de preconceito, quando realizava uma chamada, eram inúmeras, simplesmente pelo fato de ser brasileiro, pois reconheciam o meu sotaque. Quero ressaltar que isso era um ou outro caso, mas muito mais frequente que o limite do tolerável ou do que se pode imaginar. Além disso, na tentativa de alugar um apartamento na cidade de Coimbra, com minha namorada e outra amiga, tivemos que combater o estereótipo da mulher brasileira que migra para Portugal trabalhar no mercado do sexo. Na imobiliária que fomos pesquisar apartamentos para alugar, fomos questionados pela corretora de imóveis se “este programa de intercâmbio realmente existia”. Ela deixou claro que pairava no ar uma dúvida com relação as estudantes brasileiras que a procuravam para alugar imóveis. A corretora associava as mulheres brasileiras desacompanhadas com prostituição. Em Portugal, essa sexualização é implementada como uma forma de discriminhar abertamente pessoas brasileiras (PISCITELLI; ASSIS; OLIVAR, 2011).

Então, posso ressaltar que embora minha estadia tenha sido temporária e na condição de estudante fosse documentado, tendo ainda o suporte da família no Brasil para qualquer

eventualidade, percebi nos momentos em que trabalhei e na convivências com os portugueses a condição de ser o outro, o estrangeiro, de estar fora de casa. Nesse sentido, ao retornar estava mais atento a condição do migrante, apesar das diferentes realidades, fui sensibilizado pelas migrações internacionais durante todo meu percurso acadêmico na graduação. Retornei ao Brasil em 2010 e acompanhei a chegada dos haitianos na cidade a partir de 2011, inicialmente como um morador interessado nos que estavam chegando e aos poucos fui me envolvendo com as condições de vida e trabalho dos migrantes.

Em 2012, com o aumento do fluxo de imigrantes, aqueles estrangeiros negros, andando de bicicleta e falando um idioma “diferente” do resto da cidade, chamavam a atenção dos moradores. Os questionamentos sobre quem eram, como vieram, onde moravam e trabalhavam, começavam a surgir. Isso me estimulou a buscar o diálogo com alguns jovens haitianos que trabalhavam no Supermercado Imperatriz e a entender melhor a realidade deles na cidade.

Em 2013, foi formada a Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC). No mesmo ano aceitei convite para trabalhar como assessor parlamentar de um vereador de Balneário Camboriú. Essa função me possibilitou colocar em prática tudo o que já pensava em desenvolver e contribuir em nível de políticas públicas na minha cidade e levou a algumas ações específicas com a comunidade haitiana.

Em 2014, fui eleito presidente do Conselho Municipal da Juventude de BC e conseguimos nos aproximar da comunidade haitiana, contribuindo para identificar as suas principais demandas, pois a maioria dos imigrantes eram jovens como nós e compartilhavam os mesmos sonhos e perspectivas.

O interesse pela pesquisa de migração derivou dessas experiências, as minhas e as deles, pois quando você se coloca na perspectiva do outro, percebe como somos parecidos. Como afirma Roberto Da Matta “[...] vestir a capa do etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico” (DA MATTA, 1978, p. 28). O projeto de mestrado e a respectiva pesquisa proporcionaram as condições de acumular uma percepção teórica das vivências e observações do dia a dia dos migrantes.

A pesquisa não deixa de ser um ato político, visando dar visibilidade das demandas e promover a integração da comunidade haitiana em nossa sociedade. As limitações são muitas e começam com as dificuldades pela ausência de políticas públicas para o acolhimento e a integração dos migrantes. A maioria das experiências exitosas vem de instituições, associações e entidades que atuam de maneira isolada. E esse é o chamamento que, a meu

entender, devemos promover aqui. Eu acreditava que tinha que viajar o mundo para poder de alguma forma contribuir em muda-lo, porém percebi que a minha realidade convergiu com o caminho de pessoas que vieram do mundo em busca de uma vida melhor. Partindo dessa perspectiva a observação participante se revelou a metodologia adequada para compreender a vida dos imigrantes e acompanhando seu cotidiano me aproximei das atividades da associação dos imigrantes onde a inserção laboral e os desafios da integração foram questões recorrentes. Ciente de minha incidência no tema, a pesquisa é também uma oportunidade de estranhamento da realidade da comunidade haitiana de Balneário Camboriú.

Espero que a integração dos novos imigrantes à nossa sociedade sirva de exemplo para outras regiões do planeta, que atualmente parecem acreditar que a saída para o problema é proibir a entrada dos mesmos. A integração necessita ser preciso criticamente, à luz da ausência de políticas públicas, do caráter provisório de disposições que regulamentam a imigração haitiana, da ausência de espaço para a participação social na regulamentação da legislação, do excessivo poder da Polícia Federal e da negação da anistia para os imigrantes ilegais no país. Afirmo que não é um obstáculo formal como um papel ou um carimbo que será o fator determinante para a opção de migrar. E que entre a integração e a segregação, temos que lutar pelo primeiro caminho. A oportunidade de viver e compartilhar um pouco do cotidiano da comunidade haitiana trouxe ainda mais a certeza dessa escolha.

## 1 OS DESLOCAMENTOS CONTEMPORÂNEOS DE POPULAÇÃO

Neste capítulo apresentam-se autores que trabalham conceitos como diáspora, teorias migratórias contemporâneas, redes sociais e transnacionalismo. As abordagens são muitas para as diferentes perspectivas das migrações internacionais.

Em Baeninger et al. (2016) afirma-se que as migrações recebem cada vez mais destaque no cenário internacional em razão de transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas. A autora defende que o fluxo migratório de haitianos para o Brasil, periférico no sistema internacional, insere o país no caminho dos “periféricos da periferia”. Baeninger considera na análise das migrações internacionais a redefinição de conceitos e perspectivas teóricas explicativas:

A complexidade e a diversidade e a diversidade do processo de redistribuição da população em âmbito mundial têm apontado para a necessidade de se recuperar e incorporar, aos estudos sobre migração internacional, o debate atual acerca: 1) dos processos de reestruturação produtiva e sua reestruturação urbana; 2) dos Estados-nação e as migrações internacionais; 3) da relação migração e desenvolvimento e; 4) da governança das migrações internacionais. Esses quatro elementos teórico-conceituais se interconectam e se sobrepõem na busca de ampliação do entendimento das migrações internacionais contemporâneas.

A complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população apontam para a necessidade crescente de uma política de governança global das migrações internacionais. Em Baeninger, podemos verificar que a lógica da produção global desencadeia uma nova configuração da migração internacional e nacional. As mudanças decorrentes da reestruturação produtiva e da necessidade por força de trabalho dependerão da ligação dos espaços de produção na economia globalizada que, por sua vez, terão efeitos sociais na reestruturação produtiva dos espaços nacionais, que passam a responder à demanda global por mão de obra subvalorizada.

Na realidade que estão inseridos, os migrantes recebem novas capacitações, qualificações e acabam mesclando os seus valores com os valores locais. A partir dessa nova vida, atuam como agentes promotores de transformações culturais e políticas quando retornam ao país de origem ou quando se comunicam com familiares e amigos nas suas comunidades. As redes desenvolvidas atuam como uma fonte de informação que contribui em reduzir a vulnerabilidade de seus conterrâneos que migram e contam com apoio na adaptação ao local de destino. A formação de comunidades transnacionais que administram recursos, capital cultural e informações, por sua vez, contribui para o estabelecimento de novos valores comuns (MARTINE, 2005).

A tese de que a história da imigração se vincula à expansão do capitalismo, com a construção de excedente populacional derivada da livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas, é defendida por Baeninger et al. (2016). A autora considera importante destacar que esse excedente populacional é oriundo de demandas geradas tanto na localidade de origem como na área de destino. Além disso, ressalta o desafio teórico-metodológico e as revisões conceituais sobre as migrações internacionais do século XXI como um novo fenômeno social no Brasil.

Em outro sentido, Sasaki e Assis (2000) defendem em seus estudos a necessidade de compreender toda a trajetória do processo migratório e afirmam que as abordagens econômicas são de certa forma limitadas para a compreensão dos fluxos migratórios atuais, argumentando ser necessária uma ampliação do escopo teórico:

Este panorama teórico possibilitou-nos compreender como os estudiosos abordaram a questão da migração e refletirmos sobre os recentes fluxos de migrantes brasileiros ao exterior. Percorrendo essas trajetórias, percebemos que os imigrantes brasileiros se inserem nos fluxos recentes de migração internacional, estabelecendo múltiplas relações tanto nas sociedades de origem como na de destino, sugerindo a importância de considerarmos as redes sociais, bem como algumas características transnacionais das mesmas (SASAKI; ASSIS, 2000. p. 16).

A contribuição de Wilson Fusco (2002, p. 162) é fundamental na análise do impacto das redes sociais constituídas na sociedade de migrantes. Ele estuda, a partir de dados dos migrantes da cidade de Criciúma e Maringá para os EUA, como as redes sociais são fatores atenuantes dos riscos inerentes a migração:

As redes sociais presentes nos fluxos migratórios de Criciúma e Maringá foram mapeadas em função da estratégia utilizada pelo migrante antes de sua primeira viagem, ou no início de sua estadia no destino, e durante seu período de residência no país estrangeiro. O que consideramos aqui como estratégia pauta-se em seis itens relacionados ao migrante: com quem migrou; qual a fonte de recursos financeiros para a primeira viagem; que ajuda teve para se hospedar no início da estadia; quem contribuiu para conseguir o primeiro emprego; qual a participação de agências especializadas; e, finalmente, as formas de contato com a origem.

Baeninger et al. (2016, p. 9) enfatiza a necessidade da teoria do transnacionalismo para o entendimento de questões que cortam os espaços migratórios transnacionais, bem como a necessidade de captar o espaço social da migração, que considera uma dupla experiência social da migração. Apresenta em seus estudos o conceito da *mirada bifocal*, que é estudo dos processos migratórios na origem, nos lugares de trânsito e nos variados destinos de migrantes internacionais. A autora acredita ser um caminho teórico-conceitual importante para explicar o espaço social das migrações no século XXI, conforme aponta:

Os movimentos migratórios internacionais no Brasil, nos anos 2000, reforçam a tendência de configuração de espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas e arranjos transnacionais aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercuções dentro e fora das fronteiras territoriais. Ou seja, é preciso – além de identificar as modalidades migratórias ou os “novos” rumos da migração internacional – buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007); do nacional ao internacional, do local ao global.

## 1.1 A NOÇÃO DE DIÁSPORA HAITIANA

A partir dos trabalhos dos autores supracitados, a pesquisa pretende desenvolver a análise dos dados coletados na comunidade haitiana e avaliar como as redes civis atuam na comunidade haitiana de Balneário Camboriú. A discussão sobre a diáspora haitiana e o contexto deste fluxo migratório, na perspectiva teórica transnacional, possibilita entender este fenômeno que coloca os haitianos em circulação no mundo global.

Neste sentido, os estudos desenvolvidos por Joseph Handerson (2015) apontam para os sentidos sociais e políticos da mobilidade haitiana, introduzindo o conceito de diáspora, a partir da percepção do uso prático da palavra na sociedade haitiana. Desde a década de 1990, foi construída nos discursos políticos e nas pesquisas a configuração da diáspora haitiana nos Estados Unidos, França, Canadá e Caribe. O autor apresenta dados do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE, em francês), que estima haver entre 4 e 5 milhões de haitianos distribuídos pelo mundo, ou seja, metade dos habitantes do Haiti (aproximadamente 10.413.211 em 2013). A tese defendida é que, tanto no plano doméstico ou externo do Haiti, o termo diáspora é uma categoria que organiza a estrutura social, classificando pessoas, objetos, dinheiro, casas e ações (HANDERSON, 2015).

As músicas haitianas produzidas no exterior são chamadas músicas de diáspora. As roupas enviadas são denominadas rad diáspora (roupa diáspora); o dólar americano e o euro, lajan diáspora (moedas diáspora); as casas construídas no Haiti por compatriotas residentes no exterior, combinando objetos (eletrônicos e eletrodomésticos, etc.), materiais de construção (cerâmicas, portas, janelas, luzes, etc.) do exterior com os do país, são denominadas kay diáspora (casas diáspora). A categoria diáspora também serve para qualificar ações, como nas expressões: w’ap fè bagay diáspora (está fazendo coisa de diáspora), ou aji tankou diáspora (você age como diáspora).

Outros autores, como Fernandes e Faria (2016), apresentam uma possível diáspora haitiana no Brasil, com incorporação da região no roteiro migratório haitiano e afirmam que chama a atenção o fato do país ser um dos novos destinos além dos tradicionais mencionados nos dados do MHAVE. Constatata-se, nas entrevistas que o Canadá permanece como um possível destino mesmo entre os migrantes que estão estabilizados no país. Flores, 37 anos e

residente no Brasil há 6 anos, relata que “*eu já morei na República Dominicana e agora moro no Brasil, mas eu gostaria de ir viver no Canadá e não fui porque tive o visto negado. Agora, falo português e penso em ir para Portugal*”. A legislação migratória dos países desenvolvidos, a presença de tropas brasileiras no Haiti e a ideia do Brasil como uma terra de oportunidades e baixo desemprego, são fatores que podem ter influenciado a vinda dos haitianos, porém, as razões não estão totalmente claras para a incorporação do Brasil como país destino (FERNANDES; FARIA, 2016).

A chegada de imigrantes haitianos nas fronteiras criou um desconforto para as autoridades nacionais, estaduais e municipais, os governos “veem suas políticas públicas questionadas, porque elas não incluem imigrantes em situação de vulnerabilidade” (SILVA, 2016, p. 207). A chegada de imigrantes pobres também incomoda certos setores da sociedade, que repercutem a retórica política da discriminação e da xenofobia. Eles são considerados uma ameaça à paz e à tranquilidade, um risco social, vindo para roubar empregos dos locais. É nesse contexto de criminalização que os imigrantes haitianos começam a ser percebidos em Balneário Camboriú.

### 1.1.1 Contexto da migração haitiana

A República do Haiti possui território de 27.750 quilômetros quadrados, ou seja, aproximadamente 3,4 vezes menor que o território do estado de Santa Catarina. O país figura entre os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo e também é a nação mais pobre da América Latina. Estudos do Grupo de Trabalho sobre Pobreza Global, do Banco Mundial, estimam que 58% da população haitiana vivem abaixo da linha de pobreza estipulada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os conflitos que tomaram conta de diversas cidades do Haiti, em 2004, levaram à deposição do presidente Jean Bertrand Aristide e a uma posterior intervenção por forças internacionais na pequena ilha caribenha. A Resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), visando restabelecer a segurança e normalidade institucional, após denúncias de violações de direitos humanos, particularmente contra a população civil. Em outubro de 2010, a MINUSTAH foi acusada de ser responsável por um surto de cólera que afetou grande parte da população haitiana, gerando revolta na população local. O Brasil exerceu o comando militar da missão desde sua criação, em abril de 2004. O ano de 2017 marcou o fim dos 13 anos de participação brasileira no Haiti, com o anúncio pela ONU do fim da MINUSTAH.

Isso significa o encerramento da mais robusta participação do Brasil em uma operação de manutenção de paz na história (ABDENUR; KUELE; FOLLY; MACEDO, 2017).

A grave crise humanitária vivida pelo Haiti após o terremoto de 2010 aumenta consideravelmente o número de haitianos que rumam para diferentes países do continente. Os fluxos migratórios tradicionalmente constituídos, como Estados Unidos da América, Canadá e França, passam a concorrer com novos destinos da América do Sul, como o Brasil, Argentina e Chile. As razões para o ingresso do Brasil no grupo de países como destino para haitianos ainda não são muito claras, como afirmam Fernandes e Faria (2016), porém, a presença de tropas brasileiras e a aproximação dos laços diplomáticos com o Haiti poderiam ser alguns dos fatores. Segundo Abdnur, Kuele, Folly e Macedo (2017, p. 106) a empatia criada por brasileiros e haitianos em função da missão da ONU, somados à criação de políticas migratórias inclusivas, teriam contribuído para tornar o Brasil o país da América Latina que mais recebeu haitianos desde 2004.

As principais portas de entrada em território brasileiro ficavam localizadas em Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasileia (AC). As rotas para chegar à fronteira eram diversas e poderiam passar por São Domingo (República Dominicana), Cidade do Panamá, Quito (Equador) e Lima (Peru). A partir de Quito ou Lima, o trajeto era feito por barco ou terra até o Brasil. A porta de entrada em terras brasileiras é Tabatinga (AM) e Brasileia (AC), lá os imigrantes encaminharam a solicitação de refúgio, utilizando-se da legislação brasileira<sup>2</sup> e garantindo a emissão da Carteira de Trabalho (CTPS) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) para trabalhar no país.

Como afirma o padre Gelmino Costa (2012), muitos dos haitianos que chegaram a Manaus encontraram uma situação de vulnerabilidade, caos humanitário e oportunismo dos empregadores nos processos de contratações. Isso ocasionou um fluxo para outras regiões do país. As entrevistas realizadas em campo confirmam essa posição, pois apenas um dos entrevistados residiu em Manaus. Flores, de 37 anos, ficou na cidade por um período de dois anos antes de migrar para o sul do país. O trajeto consistia, na maioria dos casos, em uma parada de alguns dias em capitais como São Paulo e Curitiba. Porém, há relatos de migrantes que vieram diretamente do norte do país, parando somente entre uma troca de ônibus e outra. Como foi apontado anteriormente, esse fluxo migratório contribuiu para a formação de uma comunidade haitiana em Balneário Camboriú, com a chegada do primeiro grupo à cidade no ano de 2011.

---

<sup>2</sup> Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências.

## 1.2 OS HAITIANOS EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

A cidade de Balneário Camboriú, localizada no litoral norte de Santa Catarina, tem população residente estimada de 135.268 pessoas<sup>3</sup>, sendo o segundo menor território do estado de Santa Catarina, fato este que impacta no planejamento da cidade e nos seus processos de organização espacial, econômica e social. O predomínio de edifícios consolida um processo de verticalização das construções do Município, em grande parte impulsionado pelo crescimento populacional que, por sua vez, é estimulado por matrizes econômicas como o turismo e a construção civil.

A criação do município de Balneário Camboriú remonta ao desmembramento da cidade de Camboriú, aprovado pela Câmara de Vereadores de Camboriú, no dia 20 de julho de 1954, e posterior aprovação da Lei Estadual n. 960 de 8 de abril de 1964, exatamente uma semana após o golpe militar de 1964. O decreto assinado pelo então governador Celso Ramos, dispôs sobre a instalação do município de Balneário Camboriú no dia 20 de julho de 1964. A cidade nos últimos anos consolidou-se como polo de atração populacional, com crescimento demográfico e econômico vertiginoso, baseados no setor de turismo e na construção civil (SCHROEDER, 2016). Os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) de 2010, apontam uma considerável parcela da população oriundas dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Com mais de 18.000 e 17.000 migrantes destes estados, respectivamente.

A migração haitiana na cidade começou em 2011, principalmente, pelo recrutamento de duzentos imigrantes que vieram trabalhar na empresa Ambiental, responsável pelo contrato de limpeza urbana, coleta de lixo e tratamento de resíduos sólidos no município. Estes migrantes não apareciam no Censo de 2010 e muito dificilmente serão captados pelo Censo de 2020, pois é uma população em movimento, a fonte dados que dispomos foi Sincre. Além de Balneário Camboriú, a empresa atua em outros oito municípios: Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José (MAGALHÃES, 2014). Os imigrantes, selecionados no Acre, ocuparam postos de garis e auxiliares de serviços gerais.

Além dos serviços de limpeza, os trabalhadores haitianos começaram a desempenhar funções na construção civil e no setor de serviços. A construção civil, uma das matrizes econômicas da cidade, começa a absorver grande parte dos migrantes que chegam. Na maioria dos casos, imigrantes que estão empregados e desenvolvendo suas atividades repassam

---

<sup>3</sup> De acordo com o IBGE. Disponível em: <[cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-camboriu/panorama](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-camboriu/panorama)>. Acesso em: 20 maio 2015.

informações sobre possibilidades de emprego e moradia para amigos e parentes, atraindo-os para Balneário Camboriú como destino e facilitando sua inserção no mercado de trabalho. Sasaki e Assis (2000) corroboram a tese de que as redes sociais estabelecidas atenuam os riscos do processo migratório:

A migração de longa distância se vincula a muitos riscos: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais. Onde parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já tem bons contatos com o possível destino, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos (SASAKI; ASSIS, 2000).

A população de imigrantes haitianos estimada pela ASHABC é de 700 pessoas, na sua maioria do sexo masculino. As informações são todas extraoficiais e a ASHABC não dispõe de nenhuma pesquisa ou dados que embasam suas impressões. Entretanto, observa-se que a maioria dos homens trabalha na construção civil e as mulheres enfrentam dificuldades para conseguir atuar no setor de serviços.

De acordo com o presidente da ASHABC, as mulheres enfrentam maiores dificuldades devido ao fato de que as vagas de emprego disponíveis solicitam o domínio do idioma português e elas não possuem acesso às mesmas redes sociais que os homens. Essa contradição dos dados pode ser atribuída a uma visibilidade dessa migração tanto na mídia, como na cidade, marcada pela cor negra e pela concentração em algumas atividades e áreas residenciais. No entanto, com a circularidade dos migrantes e a crise econômica, talvez os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE) se aproximem mais desse contingente do que as impressões da Associação, que tem mais de uma centena de associados.

As informações a seguir são oficiais e referentes ao cadastro de haitianos residentes em Balneário Camboriú, no SINCRE. O SINCRE é uma fonte de dados administrativos com origem nas informações levantadas pelo cadastro realizado pelas delegacias e escritórios da Polícia Federal em todo o território brasileiro. A informação capta os registros feitos por estrangeiros, sejam estes tipos de registros: permanente, temporário, provisório, fronteiriço ou de asilado. Os dados estão disponíveis segundo as variáveis: UF de residência, o ano de registro, país de nascimento, sexo do registrando, faixa etária e estado civil.

A vantagem desse dado é que não se refere apenas aos imigrantes vinculados ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, possibilitando com isso o conhecimento de outras esferas da vida social dos imigrantes e de um número em alguns casos também maior de imigrantes registrados. O total de registros analisados é de 556 pessoas entre os anos de 2012 e 2015.

### 1.2.1 Homens e mulheres

A população haitiana residente no município que consta no cadastro do SINCRE é formada por 337 homens (60,61%) e 219 mulheres (39,39%). Na migração haitiana para o Brasil, prevalece um fluxo masculinizado, e na sua maioria solteiros (69%). Os homens compõem em sua ampla maioria o início do fluxo, sendo poucas as mulheres que migraram sozinhas. Embora se tenha encontrado casos de algumas mulheres que vieram antes de seus esposos ou vieram e deixaram os filhos, o padrão é a migração de homens jovens e, com o seu estabelecimento, o envio de recursos para a vinda de mulheres e crianças.

### 1.2.2 Faixa etária

Quanto à faixa etária dos migrantes que solicitaram residência, podemos verificar a predominância de jovens, entre 25 e 29 anos de idade. Não obstante, um grupo ampliado que abrange dos 20 aos 34 anos é responsável por mais de 60% dos registros, como podemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Faixa etária dos imigrantes haitianos em BC – 2016

Faixa Etária	Porcentagem	Total
0-4	2,20%	8
5-9	3,80%	14
10-14	1,10%	4
15-19	3,30%	12
20-24	13,61%	49
25-29	25,55%	92
30-34	22,77%	82
35-39	13,33%	48
40-44	10%	36
45-49	2,22%	8
50-54	1,38%	5
55-59	0,55%	2

Fonte: SINCRE/2016, tabulado pelo autor.

### 1.2.3 Ocupação

A principal matriz econômica de Balneário Camboriú é a construção civil e podemos perceber pelos dados apresentados que a maior parte dos homens trabalha como pedreiro. Do total de 556 cadastros, são 81 (14%) desempenhando a função. Seguido por 49 cozinheiros (8,81%), 40 programadores (7,19%), 36 proprietários ou gerentes (6,47%), 34 mecânicos (6,11%) e 31 estudantes (5,57). Segue tabela com as seis ocupações mais citadas:

Tabela 2 – Ocupação dos imigrantes haitianos em BC – 2016

Ocupação	Porcentagem	Total
Pedreiro	14%	81
Cozinheiros	8,81%	49
Programadores	7,19%	40
Proprietários	6,47%	36
Mecânicos	6,11%	34
Estudantes	5,57%	31

Fonte: SINCRE/2016, tabulado pelo autor.

De acordo com a secretaria da ASHABC, as mulheres enfrentam maiores dificuldades devido ao fato de que as vagas de emprego disponíveis solicitam o domínio do idioma português e elas não têm acesso às mesmas redes sociais que os homens. As mulheres não tem espaço na construção civil, onde os homens acabam sendo introduzidos por outros haitianos que já estão trabalhando e podem auxiliar nas orientações, portanto, as mulheres ficam restritas ao ambiente domiciliar, aos cultos na igreja e aos espaços onde não precisam praticar o português.

### 1.2.4 Data da chegada

Os respectivos anos da entrada dos migrantes no país mostra o aumento considerável da imigração haitiana para o Brasil. No ano de 2013, foi registrada na Polícia Federal a entrada de 68 haitianos residentes em Balneário Camboriú. Ao analisarmos o ano seguinte,

podemos verificar um expressivo aumento em quase quatro vezes. No cadastro atual, 2014 corresponde ao ano de entrada de 46% dos imigrantes haitianos com residência.

Tabela 3 – Data da chegada em BC – 2016

<b>Chegada</b>	<b>Ano</b>	<b>%</b>
2012	33	5,93
2013	68	12,23
<b>2014</b>	<b>257</b>	<b>46,22</b>
2015	198	35,61

Fonte: SINCRA/2016, tabulado pelo autor.

## 2 OS IMIGRANTES E O COTIDIANO EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Neste capítulo pretende-se reunir as experiências e relatos do pesquisador no convívio com a comunidade haitiana nos últimos três anos. O intuito é apresentar as perspectivas da integração nos principais eixos identificados no campo.

### 2.1 TRABALHO

Os primeiros imigrantes haitianos de Balneário Camboriú vieram para trabalhar como garis, porém logo ocuparam espaços em outros setores como a construção civil e setor de serviços (MAGALHÃES, 2017). As mulheres estão empregadas, principalmente, em supermercados, bares, restaurantes e hotéis. Porém, a movimentação de haitianas no mercado de trabalho formal de Balneário Camboriú fechou o ano de 2016 com números preocupantes. Os dados do Relatório Anual 2017, publicado pelo Observatório das Migrações Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam que foram admitidas 93 haitianas e demitidas 168, ou seja, um saldo negativo de 75 postos formais. O relatório também mostra Balneário Camboriú (R\$ 1.250,00) com a terceira maior mediana salarial para contratação de estrangeiros do país, ficando atrás do Rio de Janeiro (R\$ 1.500,00) e São Paulo (R\$ 1.308,00). (CAVALCANTI; OLIVEIRA; ARAUJO; TONHATI, 2017). A questão do trabalho está presente em todas as entrevistas que foram realizadas e na maioria das incursões em campo.

Paul Singer (1973) defende a ideia das migrações internacionais da força de trabalho como um fenômeno social. Nas atividades oficiais com membros da ASHABC e também em conversas informais com a comunidade, o trabalho é uma das principais preocupações dos migrantes e suas perspectivas dependem do nível de acesso às redes sociais estabelecidas na cidade, corroborando assim a visão de Sasaki e Assis na construção das relações sociais como forma de evitar o desemprego, facilitar a busca por moradia e garantir o acolhimento.

A legislação trabalhista é muitas vezes instrumentalizada pelos patrões, que tentam negar os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um exemplo disto e da atuação das redes sociais de apoio aos imigrantes, foi quando recebi uma ligação telefônica do pastor Diógenes, da Igreja da Família<sup>4</sup> e representante dos movimentos religiosos no Conselho Municipal da Juventude (COMJUV), em 2015, para atender o imigrante haitiano Jacob que havia sofrido um acidente de trabalho. Como naquele momento

---

<sup>4</sup> Igreja neopentecostal localizada no Bairro dos Municípios, Balneário Camboriú.

trabalhava como assessor parlamentar me envolvi com a situação. Foi agendado com o pastor um horário na tarde seguinte. No horário marcado, 14h, o pastor entrava no gabinete do vereador Pedro Francez acompanhado de Jacob, jovem de 26 anos e que residia no país há dois anos. Ele aparentava sentir muita dor, o braço direito engessado com suporte de uma tipoia usada em casos pós-operatórios. Além disso, ele caminhava com apoio de um amigo que o acompanhava.

Após as apresentações, ofereci um café e água, mesmo sabendo que os haitianos não têm o costume de tomar café. Ele aceitou um copo de água e começou a relatar sua história. Jacob disse “*estava trabalhando há dois meses numa obra na região central da cidade. Há três dias caí do terceiro andar da construção e quebrei o braço, inclusive sofrendo fratura exposta*”. O relato prosseguiu questionando as condições de trabalho e os direitos trabalhistas:

*Eu trabalhava sem nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI) e foi levado para o hospital pelo Sr. João Santo, engenheiro-chefe responsável pela obra. Para minha surpresa, o Sr. João Santo devolveu a carteira de trabalho não registrada para o Jacob e o dispensou do trabalho após o acidente, pois o médico atestou que não possível o retorno ao trabalho por, pelo menos, três meses.*

Quando questionou o Sr. João sobre os seus direitos, Jacob foi informado que, “*como ele ainda não havia procedido com a anotação na carteira de trabalho, eu não tinha nada a receber, pois o contrato tinha sido acordado de forma ‘oral’ mesmo tendo a carteira em posse há mais de dois meses*”. Deste modo, fica evidente a persistência de casos análogos ao trabalho escravo e a violação de direitos como uma estratégia de aproveitamento da mão de obra dos trabalhadores haitianos (MAGALHÃES, 2017).

Neste contexto, minha função foi explicar alguns artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, como o art. 29 que dispõe:

Art. 29 – A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho (CLT, 1943).

Portanto, procurei acalmá-lo e explicar que independente da nacionalidade, a Lei era a mesma e o prazo de quarenta e oito horas para anotação na carteira é responsabilidade do empregador e não do empregado. Eu também acrescentei que o não cumprimento acarretaria em infração e multa, conforme dispõe o § 3º, art. 29:

§ 3º – A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício,

comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação (CLT, 1943).

No mesmo dia, procuramos acionar as redes de apoio como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Balneário Camboriú (SITICOM), Ministério Público do Trabalho (MPT) e advogados voluntários que poderiam auxiliar no caso. Comparecemos no Hospital Municipal Ruth Cardoso para solicitar o prontuário de atendimento médico do Jacob e anexar uma cópia ao processo que seria aberto pelo SITICOM.

No dia seguinte, fiscais do trabalho acompanhados da direção do SITICOM foram até a obra e constataram mais imigrantes trabalhando sem EPI, recebendo o valor de R\$ 60,00 diários e sem registro na carteira de trabalho. O sindicato intermediou um acordo que consistiu na anotação da carteira de trabalho, registro da Comunicação de Acidente no Trabalho (CAT) junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e suporte médico ao haitiano que havia sofrido acidente de trabalho.

O apoio do sindicato foi fundamental para a resolução da questão. A entidade atendeu prontamente a solicitação, não fazendo distinção da nacionalidade ou da filiação a entidade, fez todos os encaminhamentos do processo e prestou todo suporte necessário para o acordo firmado entre o trabalhador haitiano e o empregador. O SITICOM, diferente de outros sindicatos de trabalhadores pelo estado de SC, em momento algum questionou os direitos do trabalhador ou negou apoio pelo fato de Jacob ser estrangeiro (MAGALHÃES, 2017).

Mayka, por exemplo, tem 32 anos, reside no Brasil há quatro anos e desde então trabalha como camareira em um hotel da cidade. Ela diz:

*Eu nunca tive problemas no trabalho, mas percebo que as vezes tenho que trabalhar nos horários que outras não querem, como feriados. No ano novo, por exemplo, eu fui a última a ser liberada junto com outra colega haitiana. Nós encerramos o expediente às 20h. No dia 1º eu cheguei pela manhã e trabalhei até as 16h. Muitas brasileiras tiveram folga. Mas eu não me importo.*

Ela relata que nunca enfrentou problemas no ambiente de trabalho, mas que normalmente é escalada para cobrir as folgas de colegas e trabalhar nos feriados. A não ser que solicite ao gerente mudanças “*parece ser automático*”. A postura do empregador é condizente com o que afirma Magalhães (2017), sobre as empresas usarem práticas e estratégias para abusar da mão de obra haitiana em SC.

O Sindicato dos Empregados em Hotéis, Serviços de Hospedagem, Bares, Restaurantes e Fast Foods de Balneário Camboriú (SECHOBAR), teve protagonismo para denunciar abusos e maus tratos de oito haitianas que trabalhavam como camareiras em um

hotel da cidade. O sindicato denunciou ao Ministério Público do Trabalho, que as trabalhadoras estavam cumprindo uma jornada além da carga horária de trabalho permitida, sem receber hora extra, pois eram designadas para limpar mais quartos que as trabalhadoras brasileiras.

Segundo o relato<sup>5</sup> da presidente do SECHOBAR, Olga Ferreira, as trabalhadoras haitianas “*estão fazendo dezesseis apartamentos por dia. O máximo que se pode permitir seriam dez apartamento ou doze, dependendo do tamanho. Não tirando o horário de descanso, horário de almoço que é obrigatório 1 hora e também o não pagamento de hora extra*”. E complementa: “*no caso das haitianas, além do preconceito e assédio moral, o machismo e racismo, que foi o pior*”.

As denúncias foram fundamentais para assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o hotel e o MPT, que pagaria multa de R\$ 70 mil em caso de descumprimento e R\$ 40 mil se o documento não estivesse visível para conhecimento das trabalhadoras.

O SECHOBAR também acusa proprietários e gerentes de preconceito com as trabalhadoras e trabalhadores haitianos. O preconceito é evidente na pesquisa em campo, pois participamos de uma reunião, a convite da Secretaria Municipal de Segurança Pública, de uma reunião do Conselho Municipal de Segurança e Incolumidade Pública (COMSIP). Na reunião, fizemos um breve apanhado histórico da situação política e social do Haiti. A apresentação estava formatada como um breve panorama geral sobre o Haiti, e no meio da exposição fomos interrompidos por posições que corroboram as denúncias do Sechobar, como “*sou dono de dois restaurantes, os haitianos trouxeram salmonela para a nossa cidade*” ou que por ele resolveria “*o problema colocando todos numa caixa e enviando novamente para o Haiti*”. Felizmente, essa posição foi rechaçada veementemente pela maioria dos representantes presentes na reunião. Essa visão corrobora o que afirma Sayad (1998), que o imigrante é considerado um invasor e torna-se alvo de retórica política dos setores conservadores da sociedade.

Na Conferência Livre de Migração Haitiana de Balneário Camboriú (2014), o relatório final das propostas aprovadas indica que aumentar a fiscalização dos órgãos responsáveis, visando reprimir casos de exploração do trabalho; criar mecanismos de divulgação da legislação trabalhista nacional para a conscientização dos imigrantes sobre seus direitos e, além destes, aumentar a fiscalização, por parte dos órgãos responsáveis, para evitar abusos e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[ricmais.com.br/sc/programas/rictv-itajai/hotel-e-denunciado-por-trabalho-escravo-em-balneario-camboriu](http://ricmais.com.br/sc/programas/rictv-itajai/hotel-e-denunciado-por-trabalho-escravo-em-balneario-camboriu)>.

violações de direitos, em especial no ambiente de trabalho, são demandas prioritárias que foram discutidas e aprovadas pela comunidade haitiana da cidade.

Na visão de Flora, que na época da entrevista estava desempregada desde que chegou à cidade há dez meses, “*os empregadores solicitam os currículos dos haitianos, sempre pedem os currículos, mas nunca contratam*”. O nível educacional de Flora é o mesmo das outras duas haitianas entrevistadas, ou seja, ensino médio incompleto. Ela fala e comprehende o português com nível intermediário. Previamente, morava no município de Presidente Getúlio (SC), no Vale do Itajaí. Quando ela e o marido foram demitidos do frigorífico que trabalhavam, resolveram migrar para Balneário Camboriú.

Ela acredita que a dificuldade para conseguir uma vaga de emprego possa ser preconceito com os haitianos e que os patrões preferem a contratação de brasileiras para as vagas disponíveis. Na entrevista, ela disse que costumava enviar dinheiro para custear despesas e pagar pela educação dos dois filhos que residem com os avós em Gonaïves, quarta maior cidade do Haiti, porém ela está desempregada e seu marido, que reside no Brasil há quatro anos, está trabalhando de maneira informal como servente de pedreiro e o “*patrão só chama quando precisa, alguns dias da semana*”. Isso evidencia, novamente, o caráter de vulnerabilidade que estão sujeitos os novos imigrantes no sul do Brasil (MENNIN, 2016).

## 2.2 SAÚDE

As imigrantes haitianas têm, após visto e documentação garantida pela Resolução 97/2012, todo direito à saúde e educação, duas prioridades apontadas pelas mulheres da comunidade. Esses direitos são estendidos aos seus cônjuges e familiares, pois como afirmado em Cotinguiba e Cotinguiba (2014), a unidade familiar é princípio-dever aplicado pelo Brasil aos imigrantes e o direito à saúde é garantido. Mas a supracitada autora também relata que em Manaus (AM), as imigrantes haitianas enfrentam diversos problemas para acessar os serviços de saúde e que grande parte desses obstáculos eram os mesmos que o trabalho de campo demonstrou em Santa Catarina. A falta de orientação adequada sobre como acessar os serviços de saúde, a ausência de informativos em outras línguas e o preconceito são os principais obstáculos citados.

Em junho de 2014, numa reunião ordinária do Conselho Municipal de Juventude de Balneário Camboriú, a saúde das mulheres haitianas foi pauta pela primeira vez no Município. A conselheira da Secretaria da Saúde, Ana Carolina Ferreira, compartilhou a sua experiência no posto de saúde e falou sobre a dificuldade no atendimento da comunidade haitiana,

principalmente com as mulheres, que não dominam o idioma e acionam mais os serviços de saúde. Ela explanou que “*nós estamos tendo problemas com as mulheres que não compreendem o português e assim as equipes têm dificuldades para dar os diagnósticos*”. A intervenção foi importante para levantarmos questionamentos sobre a situação e refletir que talvez o problema não seja somente linguístico, mas também o preconceito pelo fato de serem negras e pobres, pois uma pergunta que surgiu de um dos conselheiros foi sobre possíveis doenças como sífilis e febre amarela. Convém ressaltar que na época existiam muitos boatos a nível nacional sobre um elevado índice de doenças sexualmente transmissíveis entre os haitianos<sup>6</sup>. A construção desses estereótipos reforçam pânicos morais para com esses imigrantes, negros e pobres (FRAZÃO; ASSIS, 2017). E esses pânicos emergem não apenas nos estereótipos, mas em uma série de representações que aparecem em discursos políticos, inclusive midiaticamente.

O relato apresentado contribuiu para algumas impressões sobre as mulheres haitianas, que levam mais tempo para aprender o português e que talvez isso aconteça pelo espaço de participação ser restrito e ficar limitado, muitas vezes, ao ambiente domiciliar. Nessa reunião, foi aprovado que o COMJUV organizaria, em parceria com a ASHABC e a Secretaria de Saúde, uma palestra de conscientização para os haitianos e haitianas.

A demanda sobre a saúde, que foi apresentada na reunião do COMJUV, resultou, um mês depois, em uma atividade conjunta com a Secretaria da Saúde, representada pela diretora de Saúde da Família, Priscilla Pimentel. As mulheres compareceram e eram maioria no espaço cedido pela Igreja Comunidade Cristã Jesus Cristo é o Caminho, que estava lotado. A formação que estava programada para iniciar às 16h e encerrar por volta das 17h, foi estendida por mais de duas horas. As mulheres contribuíram com perguntas, críticas e sugestões para o atendimento da saúde na cidade. Um dos temas abordados com maior número de questionamentos foi a obstetrícia, com muitos questionamentos sobre a gestação, parto e a situação de recém-nascidos.

A questão de como o idioma é uma condicionante para a integração ficou evidente. As dificuldades apontadas devem-se por falta de comunicação nos postos de saúde, hospital e pronto atendimento. A atividade teve tradução simultânea pelo Sr. Salomon Derogene, presidente da ASHABC, que foi fundamental para esclarecer como funciona o sistema municipal de saúde. O curioso é que entre os conselheiros do COMJUV, surgiram dúvidas

---

<sup>6</sup> DSTs não são frequentes em haitianos, diz coordenador de saúde. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/04/dsts-nao-sao-frequentes-em-haitianos-diz-coordenador-de-saude.html>>.

sobre o funcionamento do sistema de saúde municipal, como fato de o atendimento nos postos de saúde ser de acordo com a área de residência. Um dos conselheiros exclamou “*eu não fazia ideia que nosso sistema de saúde funcionava assim. Eu resido no centro, sempre fui ao posto de saúde na Rua 1500 e era atendido. Nunca imaginei que era porque eu deveria ir no posto do bairro que resido*”. Uma haitiana questionou “*se seria possível contratar haitiano para ajudar no atendimento das pessoas*”. Para ela “*a comunicação era muito difícil e os funcionários do hospital não conseguiam se comunicar e alguns não tinham paciência*”. Fica evidente que sem as devidas informações sobre como proceder para acessar o serviço, um direito básico, como a saúde, é negado à uma parcela da população da cidade.

O preconceito foi relatado por um dos haitianos, que afirmou ter sido recebido pelo médico no Hospital Municipal Ruth Cardoso com a seguinte questão: “*o que você está fazendo aqui se eu não tenho nenhuma vaga de emprego disponível?*”. No primeiro momento não compreendi, pois ele fez a colocação em crioulo<sup>7</sup> e muitos dos haitianos presentes deram risadas. Mas com a tradução, ficou constatado que não havia graça alguma. Foi a primeira vez em campo que ouvi publicamente esse tipo de manifestação de preconceito por um migrante haitiano. Durante o 1º Seminário de Migrações Contemporâneas, realizado em 2015, em Florianópolis (SC), foi relatado o caso de um médico que teria se negado a atender uma criança haitiana no município de Itajaí.

Nas entrevistas realizadas as mulheres afirmam que sempre foram bem tratadas quando necessitam acessar os serviços de saúde, porém uma delas afirmou que no Haiti o “*acompanhamento é mais próximo e o médico sabe o nosso histórico. Aqui você é uma total desconhecida e o doutor espera que você diga o que tem e como está se sentindo*” (Flora, 29 anos).

Flora, haitiana de 29 anos, casada e residente na cidade há 10 meses, diz que a única vez que acessou o posto médico, foi muito bem atendida pelas enfermeiras que fizeram o seu cartão de vacinação e aplicaram vacinas que ela não lembra quais eram.

Além disso, Flora ressalta que faltam informações, pois até alguns dias ela não sabia que existia um posto de saúde no bairro que ela reside e que tem direito de marcar consultas e fazer atendimento preventivo lá. Fica evidente que o Município não tem uma política mínima de acolhimento e atendimento dos migrantes haitianos, pois não consegue nem compreender as demandas que surgem nos serviços públicos, como nesse caso, a saúde.

---

<sup>7</sup> Os idiomas oficiais do Haiti são o crioulo e o francês.

Outra preocupação é enfrentar os estereótipos que são construídos por suspeitas no atendimento de imigrantes negros no sistema de saúde e ampliados pela mídia, como no caso de um refugiado da Guiné, em 2014, que teve sua imagem exposta em rede nacional como suspeito de ser o primeiro caso de ebola no Brasil. Após a narrativa na mídia, os exames realizados deram resultado negativo (FRAZÃO; ASSIS, 2017).

### 2.3 EDUCAÇÃO

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988. Assim, o art. 205 garante que “*a educação é direito de todos*”, isso compreende nacionais e estrangeiros residentes no Brasil. Nas reuniões da ASHABC, a educação é uma das prioridades e a discussão concentra-se em garantir que os/as migrantes tenham condições e oportunidades de dar sequência nos seus estudos aqui no Brasil.

Um dos problemas levantados é a ausência de documentação comprobatória do nível de escolaridade ou os custos para realizar a tradução juramentada dessa documentação. Em Cotinguiba e Cotinguiba (2014), afirma-se que essa realidade é reflexo de uma burocracia que não pensa na situação do imigrantes e na ausência de uma política de acolhimento:

As barreiras encontradas pelos haitianos – assim como muitos outros imigrantes – ao buscarem as instituições brasileiras refletem uma problemática que já apontamos, numa outra perspectiva, como a ausência de uma política de imigração no país (Cotinguiba, 2014; Cotinguiba e Pimentel, 2014a) que esteja preparada para pensar a recepção de imigrantes e disponibilizar serviços que atendam suas necessidades burocráticas, especialmente o acesso a direitos sociais, como educação e saúde.

Porém, em Balneário Camboriú, existem alguns exemplos de haitianas que conseguiram ingressar em cursos de ensino superior e pós-graduação nas universidades e faculdades privadas do município. A grande dificuldade é conseguir concluir os estudos, devido o alto custo das mensalidades. O gabinete do vereador Pedro Francez, em conjunto com a ASHABC, provocou uma reunião com representantes da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Faculdade Avantis e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), para apresentar projetos de outras universidades como o Programa de Acesso à Educação Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul para Estudantes Haitianos (PROHAITI) e o Apoio a Estrangeiros Haitianos da Faculdade Municipal de Palhoça (FPM). Porém, as conversas não avançaram e nenhuma iniciativa similar avançou na região.

A desburocratização para o ingresso dos imigrantes foi uma das propostas aprovadas na Conferência Livre de Migração Haitiana de Balneário Camboriú (2014). Um projeto para

facilitar o acesso da comunidade haitiana aos programas já existentes de educação para jovens e adultos, no ensino médio e técnico, foi uma das prioridades.

O Núcleo de Educação Infantil Sementes do Amanhã, no bairro dos Municípios, atende mais de 50 crianças de origem haitiana e realiza reuniões mensais com pais e mães. A direção da escola acredita que os encontros contribuem para amenizar diferenças, fortalecer a inclusão e o acolhimento dos imigrantes<sup>8</sup>. Uma imagem significativa das reuniões na creche é a presença majoritária das mulheres haitianas, diferente de outros espaços como as reuniões da Associação ou eventos culturais, onde elas são minoria.

A inclusão de todas as crianças da comunidade haitiana na rede de ensino do município foi uma das reivindicações da ASHABC em ofício entregue ao prefeito Fabrício de Oliveira, durante reunião em seu gabinete em agosto de 2017. Nas entrevistas, percebe-se que as mulheres haitianas, principalmente as que estão desempregadas, circulam por espaços públicos limitados como postos de saúde, nas escolas que os filhos estudam, nas reuniões da associação e nas igrejas haitianas. Flora, por exemplo, ressalta que não tem nenhum problema com os moradores da cidade, porém não tem nenhuma amiga brasileira.

## 2.4 MORADIA

A falta de moradia é um dos problemas mais sérios do Brasil, que apresenta um dos maiores déficits habitacionais do mundo apesar de possuir mais de 6 milhões de imóveis vagos, mas em condições de serem ocupados (BOULOS, 2014). A estimativa é que não seria necessário construir tantos imóveis para resolver a questão habitacional, que penaliza principalmente as famílias com renda inferior a três salários mínimos, que são 84% dos casos sem moradia adequada no país (CARDOSO, 2010). Boulos (2014) afirma que principal causa desse déficit é a especulação imobiliária, já que há um grande número de casas vazias e de terrenos sem construção, mantidos nessas condições para fins de especulação e obtenção de lucros. Há, assim, um impasse entre o direito à propriedade de uns poucos e o direito à moradia de milhões de pessoas.

Esse é o contexto quando falamos de moradia em Balneário Camboriú, cidade com a segunda menor área territorial de Santa Catarina e com uma das maiores percentuais de residências verticalizadas do país. O rótulo de “Dubai brasileira”, aparece em diversas

---

<sup>8</sup> NEI Sementes do Amanhã realiza reuniões destinadas a pais haitianos. Disponível em: <<http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br/imprensa/noticia.cfm?codigo=17386&home=1>>.

reportagens jornalísticas de âmbito nacional que apontam para, inclusive, o metro quadrado mais caro do país, superando áreas nobres de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro.

A comunidade haitiana concentra-se, majoritariamente, em bairros periféricos, confirmado a lógica de expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras para áreas afastadas do centro da cidade. Essa estratégia é destacada por Boulos (2014) como uma tática de segregação socioespacial, que visa promover os interesses da construção civil. A migração é resultado da deterioração da realidade urbana e laboral no Brasil, com a precarização das condições de trabalho e moradia nas cidades (CANELLA; TORNQUIST, 2015). Na pesquisa de campo, nós tivemos a oportunidade de presenciar haitianos e haitianas dividindo um apartamento de dois quartos em oito pessoas. A sala e cozinha funcionam como áreas comunais e os quartos servem somente para os moradores dormirem ou trocarem de roupas. Porém, todas as residências sempre limpas e organizadas.

Essa realidade é amplamente discutida nas reuniões da ASHABC, que procura dar apoio para imigrantes que chegam e não tem onde ficar, assim como aqueles que precisam de uma morada solidária devido a situação financeira. A proposta de incluir os migrantes haitianos no cadastro de demandas habitacionais partiu da iniciativa da única mulher que é membro da diretoria da Associação. A demanda foi entregue em mãos para o prefeito, assim como outra reivindicação referente à moradia que é destinar uma cota para a comunidade haitiana nos programas habitacionais do município.

## 2.5 CULTURA

Criar mecanismos de apoio para a divulgação da cultura haitiana, fornecendo espaços e estrutura para a realização de eventos culturais, foi uma proposta prioritária aprovada na Conferência Livre de Migração Haitiana de Balneário Camboriú<sup>9</sup>, 2014. Porém, verifica-se que nenhuma proposta concreta avançou por parte do Poder Público. Foram realizadas apenas iniciativas pontuais como a Festa das Nações, organizada pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú, em 2015. O evento de três dias contaria com música, gastronomia e dança de dez comunidades residentes na cidade. Além do Brasil, estiveram representados: Argentina, Uruguai, Alemanha, Portugal, Itália, Haiti, Japão, Peru e Líbano. O espaço Haiti foi administrado pela ASHABC, que optou por servir o “fritay”, prato típico de frango com banana frita acompanhado de salada de repolho e cebola. Percebe-se que o movimento no

---

<sup>9</sup> A Conferência Livre foi organizada pelo Centro de Direitos Humanos de Itajaí, Laboratório de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí e Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú.

espaço haitiano foi menor que nas barracas que serviam comida brasileira e árabe. O que pode contribuir para isso é o estranhamento ao paladar, a estrutura mais simples que outras barracas e não pode ser descartada a questão racial.

O presidente da ASHABC, explica que “*o fritay é o prato que comemos todos os dias. Eu prefiro sempre comer em casa e fazer minha própria comida porque o nosso tempero é diferente*”. Questionado sobre o resultado da festa, ele afirma que “*foi a primeira oportunidade nós tivemos até hoje de apresentar um prato haitiano para os brasileiros*”. A apresentação musical ficou por conta do grupo de rap Force Lord, que cantou em francês. Como afirma Martins (2009, p. 255), “nota-se a existência de manifestações expressivas de caráter não tradicional, ou não ligado às raízes históricas desses sujeitos”. Além disso, percebe-se majoritariamente a incidência do rap como um estilo musical popular, senão exclusiva, entre os jovens haitianos residentes na cidade.

Figura 1 — A sopa de abóbora haitiana



Fonte: Fotografia do autor, 2017.



### **3 A ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO SOCIOCULTURAL**

O presente capítulo apresenta a Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC), fundada em 2013, como parte fundamental do processo de acolhimento e inserção da comunidade haitiana na cidade. O trabalho da entidade nos permite avaliar melhor as condicionantes globais do processo migratório e as possibilidades destes imigrantes em Balneário Camboriú. As atividades da ASHABC suplantam a ausência de políticas públicas em áreas como saúde, educação, acolhimento, trabalho e mobilidade. A Associação tem atuado em parceria com o Poder Público na recepção, encaminhamento e geração de oportunidades para os imigrantes. As atividades já realizadas envolveram a Fundação Cultural de Balneário Camboriú, Secretaria de Inclusão Social e Secretaria da Saúde, além do Conselho Municipal da Juventude (COMJUV) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAN) de Balneário Camboriú. A ASHABC pode contribuir ainda mais para a integração da comunidade haitiana na comunidade.

#### **3.1 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS HAITIANOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

Em 2013, estima-se que 120 haitianos residiam em Balneário Camboriú, porém sem nenhum tipo de organização ou mobilização para encaminhar suas demandas com os órgãos governamentais. No dia 14 de junho de 2013, reuniram-se os membros da comunidade haitiana com a finalidade de constituir uma associação civil com o objetivo de orientar e instruir os imigrantes haitianos na busca e proteção de seus direitos, instituindo seu Estatuto Social e elegendo a Diretoria. A reunião foi presidida pelo Sr. Salomon Derogene e secretariada pelo Sr. Jean Innocent Monfiston. Após leitura da ata, discussão e aprovação do Estatuto Social, aprova-se a Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú – ASHABC.

A ASHABC tem como missão orientar e instruir os imigrantes haitianos na busca e proteção de seus direitos, bem como promover cursos da língua portuguesa e profissionalizantes. Na proteção de direitos o Estatuto dispõe que:

Artigo 3º. Com o fim de orientar e instruir os imigrantes haitianos na busca e proteção de seus direitos, a associação terá por finalidades e objetivos:

I – proteger e representar os direitos e interesses dos imigrantes haitianos e dos seus descendentes no que se refere à sua dignidade, contribuindo para a sua integração na sociedade brasileira e no mercado de trabalho;

II – efetuar a atividade dirigida para o melhoramento das condições de vida dos imigrantes haitianos e dos seus descendentes;

- III – promover a língua e cultura haitiana e desenvolver a vida social dos imigrantes haitianos;
- IV – prevenir e contrapor-se a todas as manifestações de discriminação étnica;
- V – estabelecer a colaboração e trocas de experiências com as organizações sociais em Brasil e no estrangeiro, realizar medidas comuns de caráter educativo e com objetivo de troca de informações;
- VI – promover cursos da língua portuguesa, com o objetivo de apresentar a cultura do país e melhoria na vida social;
- VII – promover cursos profissionalizantes, para melhor integração no mercado de trabalho (ASHABC, 2013).

A Associação atua na recepção, encaminhamento e geração de oportunidades para a comunidade haitiana. Uma das primeiras medidas adotadas após a fundação da entidade foi auxiliar na recepção dos migrantes que chegam de ônibus vindos de outras regiões do país. Há relatos de migrantes que chegaram sem o contato dos familiares, amigos ou conhecidos que residem na cidade e ficaram aguardando na rodoviária por mais de dez horas.

No mundo do trabalho, a ASHABC, contribui disponibilizando um espaço nas reuniões ordinárias, que acontecem no terceiro domingo de cada mês, para que potenciais empregadores participem e apresentem as vagas de trabalho disponíveis. Neste sentido, foi construída uma parceria com a Secretaria de Inclusão Social para a disponibilização de um estagiário para atendimento da comunidade haitiana. Foi contratado um jovem haitiano, que cursa Relações Internacionais e atende as pessoas em crioulo, francês e português. Uma iniciativa relativamente simples, entretanto com grande impacto no atendimento dos migrantes. Após dois meses, foi nomeado um novo secretário na pasta e ele não deu continuidade à proposta de manter o estagiário no atendimento do SIME. Essa situação justifica a necessidade de auto-organização da comunidade migrante, porque na ausência de políticas públicas, a entidade ocupa um espaço que deveria ser do Poder Público (CUBEROS-GALLARDO, 2017).

A Conferência Livre de Migração Haitiana de Balneário Camboriú foi organizada pela ASHABC, pelo Centro de Direitos Humanos de Itajaí e pelo Laboratório de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí. O relatório final apresentou propostas prioritárias para cinco eixos temáticos: igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos; inserção social, econômica e produtiva; cidadania cultural e reconhecimento da diversidade; violação de direitos e meios de proteção e prevenção; participação social e cidadão, transparência e dados. O Sr. Salomon Derogene, presidente da ASHABC, foi eleito delegado para representar Balneário Camboriú e levar as propostas locais à etapa nacional. As demandas também foram encaminhadas para autoridades locais e entidades da sociedade civil participantes.

Figura 2 – Riachuelo apresenta vagas na reunião da ASHABC



Fonte: Fotografia do autor, 2016.

Figura 3 – Conferência Livre de Migração Haitiana de BC



Fonte: Fotografia do autor, 2014.

A situação da juventude haitiana, empreendedorismo, direito a meia-entrada e as dimensões da política nacional de juventude foram os principais temas do 3º Fórum Municipal da Juventude. O evento foi aberto a toda a comunidade e após a palestra do presidente Salomon, foram muitas as perguntas da audiência sobre as principais dificuldades da comunidade haitiana, sobre como a sociedade civil poderia auxiliar, além de muita curiosidade quanto ao número de haitianos residentes em Balneário Camboriú e onde vivem. A atividade contribuiu para apresentar o trabalho da Associação e também se percebeu que parte da população desconhece a realidade do Haiti e seu povo.

Figura 4 – Perspectivas da juventude haitiana



Fonte: Tom Santos e Clara Casagrande, 2014.

No âmbito estadual, a ASHABC enviou representante para o 1º Seminário de Migrações Contemporâneas, realizado em 2015 em Florianópolis (SC). Lá, a Associação pôde contribuir com as deliberações do primeiro fórum das associações de imigrantes, que contou com a presença das associações de migrantes de diversas cidades de Santa Catarina. O encontro formulou a “Carta de Florianópolis”, que foi entregue às autoridades nos três níveis de governo, contendo as principais recomendações seminário e dos grupos de trabalho.

O Dia da Bandeira do Haiti, que simboliza a independência perante a França, celebrou-se com uma atividade de formação organizada pela ASHABC. O evento aconteceu na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú. A comunidade haitiana prestigiou a aula

pública sobre a história do Haiti e uma palestra sobre os procedimentos para solicitar o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

Figura 5 – Dia da Bandeira



Fonte: Fotografia do autor, 2017.

Figura 6 – Independência do Haiti



Fonte: Fotografia do autor, 2017.

Em 2017, o prefeito municipal Fabrício Oliveira recebeu a ASHABC no gabinete para discutir as demandas da comunidade. Na ocasião os membros da diretoria da Associação solicitaram a realização de oficinas de esclarecimento e conscientização, por parte da Secretaria Municipal da Saúde; não apenas sobre doenças como também sobre procedimentos para acesso à rede de saúde pública. Na educação foi solicitada a inclusão de todas as crianças da comunidade haitiana na rede de ensino do município, com atenção especial ao ensino do idioma. O último ponto da reunião refere-se a moradia e reivindica a inserção dos haitianos no cadastro de demandas habitacionais. Desde a fundação da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú, foi a primeira vez que um prefeito recebeu a diretoria da ASHABC.

Figura 7 – Prefeito recebe demandas no gabinete



Fonte: Fotografia do autor, 2017.

A pesquisa de campo revelou que as igrejas evangélicas mantêm relações muito próximas com a Associação. Os projetos na área de alimentação, como o almoço solidário, e inclusão social desenvolvidos por estas igrejas substituem algumas competências do Poder Público, como o acolhimento e funções que seriam responsabilidade da assistência social. Entretanto, a igreja católica promoveu algumas iniciativas com o intuito de se aproximar da comunidade haitiana residente na cidade.

No final de 2015, a Comunidade Católica Divino Oleiro organizou jantar de natal para a comunidade haitiana. Foi o primeiro movimento de aproximação de uma igreja católica com

a ASHABC. O padre Márcio, responsável pela Paróquia, afirmou que: “*ele gostaria de fazer um jantar digno e a igreja tinha estrutura e recursos para isso*”. Na noite do jantar, o salão estava impecável com mesas, pratos e talheres, taças decorados. O bufê era farto, porém, verifica-se pela primeira vez o relato pessoal de haitianos passando fome. Quando indagado o motivo de comer apenas salada, Álvaro respondeu: “*estou sem comer há alguns dias. Comer carne de porco e frango, pode ser pesado demais e causar problemas estomacais ou de digestão*”. Infelizmente, as denúncias feitas por Josué de Castro, ao longo de sua vida e no seu livro *Geografia da fome* (1953), são atemporais e válidas para os dias de hoje.

Figura 8 – Jantar de Natal



Fonte: Fotografia do autor, 2015.

### 3.2 PL 60/2015: O RECONHECIMENTO PÚBLICO DA ASHABC

A Associação dos Haitianos desenvolve atividades de interesse coletivo em diversas áreas: do acolhimento à integração dos migrantes haitianos no Município. Em 2015, após o reconhecimento do trabalho realizado, é protocolado na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú o projeto de Lei nº 60 de 2015 (PL 60/2015), que dispõe sobre a concessão do título de utilidade pública para a Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú.

O vereador Pedro Francez, autor do projeto, afirma “nós somos um estado formado pela imigração. A proposta foi construída em conjunto com a Associação dos Haitianos, que já provou que faz um trabalho fundamental na cidade.” O texto de justifica que acompanha o projeto de Lei, ressalta que: “A Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú pode contribuir ainda mais para a integração da comunidade haitiana em nossa sociedade, tendo em vista que são fatores externos que determinam a imigração para nossa cidade”.

A declaração de utilidade pública fortalece a posição da entidade que recebe o título. De acordo com a Lei Nº 3390, de 16 de dezembro de 2011, é necessário que a entidade: apresente documentação comprovando o pleno funcionamento nos últimos 12 meses; estatuto e suas alterações, ata da eleição e posse da diretoria em exercício e que a diretoria não seja remunerada.

O PL 60/2015 segue tramitando na Comissão de Justiça e Redação. O relator converteu parecer em diligência informando que o art. 30 do Estatuto da ASHABC, prevê remuneração aos membros da diretoria. O Estatuto foi alterado e encaminhado para nova análise do relator. Caso aprovado o PL, a utilidade pública irá permitir convênios em todas as áreas da Prefeitura de Balneário Camboriú.

Figura 9 – Assinatura do Projeto de Lei 60/2015



Fonte: Fotografia do autor, 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por realizar observação participante na comunidade haitiana de Balneário Camboriú evidenciou os desafios cotidianos vividos pelos migrantes. A experiência adquirida, fortalece a ideia da migração como um fenômeno intrínseco ao desenvolvimento humano (CASTLES, 2010). Por isso, não podemos reduzir o fluxo migratório para Balneário Camboriú a uma questão meramente econômica.

No campo do trabalho, a construção civil, uma das matrizes econômicas da cidade, absorveu grande parte dos migrantes homens que chegaram. Na maioria dos casos, os imigrantes que estão estabelecidos, ajudam e estimulam outros a vir. Conforme apontam Sasaki e Assis (2000), percebe-se no campo que as redes sociais estabelecidas atenuam os riscos do processo migratório:

A migração de longa distância se vincula a muitos riscos: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais. Onde parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho já tem bons contatos com o possível destino, a confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizam e diluem os riscos (SASAKI; ASSIS, 2000).

A pauta habitacional é construída dentro das limitações de uma cidade que orgulha-se em noticiar imóveis milionários e alguns dos projetos de edifícios residenciais mais altos do país. Os obstáculos enfrentados pelos imigrantes na luta por uma moradia digna são os mesmos que toda a classe trabalhadora, num contexto de ausência de movimentos sociais ou ocupações urbanas organizadas “inspirados pela noção de direito à cidade”, como apontam Canella e Tornquist (2015, p. 2).

Na saúde e educação, direitos sociais fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, conclui-se que a inclusão de todas as crianças da comunidade haitiana na rede de ensino do município, uma reivindicação apresentada pela Associação dos Haitianos ao Prefeito Municipal, está encaminhada e avançando. Entretanto, faltam políticas que facilitem o acesso da comunidade haitiana ao ensino médio, superior e técnico, e manutenção dos estudantes através de bolsas destinadas especificamente a estes grupos. Na saúde é necessário aumentar a fiscalização dos órgãos responsáveis, visando identificar abusos e casos de preconceito. A criação de um grupo de trabalho focado na saúde das mulheres haitianas é fundamental para garantirmos o devido acesso à saúde pública com dignidade. A criação de um Centro de Apoio e Acolhimento é uma opção na gestão das políticas migratórias locais.

Dar visibilidade às demandas e promover a integração da comunidade haitiana, não pode ser responsabilidade somente da sociedade civil organizada. O trabalho das redes estabelecidas minimiza a ausência do Poder Público Municipal no acolhimento e integração dos imigrantes. O município terá duas opções: integrar ou segregar a comunidade haitiana de Balneário Camboriú. Espera-se, com esse trabalho, contribuir para a garantia de direitos e pela acolhida da comunidade haitiana.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana E.; KUELE, Giovana; FOLLY, Maiara; MACEDO, Gustavo. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. In: Hamann, Eduarda P.; TEIXEIRA, Carlos Augusto R. (Org.) **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017. p. 101-111.
- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil.** São Paulo: Paco Editorial, 2016.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.** São Paulo: Scortecci, 2014.
- CANELLA, Francisco; TORNQUIST, Carmen Susana. Editorial Dossiê Ocupações Urbanas – Parte II. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, n. 2, p. 140-142, 2015.
- CARDOSO, Patrícia de Menezes. **Democratization of access to public property in Brazil:** the social function and land regularization. 2010. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2017. Série Migrações.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- COSTA, Pe. Gelmino A. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora! **Travessia – Revista do Migrante**, n. 70, p. 91-99, 2012.
- COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 33, p. 61-87, jul./dez. 2014.
- CUBEROS-GALLARDO, Francisco. Cova da Moura: identidad caboverdiana y conflicto urbano en la periferia de Lisboa. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 129, p. 235-255, 2017.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson (Org.). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- DE CASTRO, Josué. **Geografia da fome.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 95-111.

FRAZÃO, Samira Moratti. Política migratória brasileira e a construção de um perfil de migrante desejado: lugar de memória e impasses. **Antiteses**, v. 10, n. 20, p. 1.065-1.090, 2017.

FRAZÃO, Samira Moratti; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Análise de representações de fluxos migratórios contemporâneos na narrativa jornalística brasileira sob a perspectiva do conceito de pânico moral. **INTERIN**, v. 22, n. 1, p. 111-130, 2017.

FUSCO, Wilson. As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e o Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **O Haiti é aqui**: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-256, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MARTINS, Pedro. Cabo-verdianos em Lisboa: manifestações expressivas e reconstrução identitária. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 241-262, 2009.

MENIN, Assis Felipe. **Entre velhos e novos imigrantes**: memórias e representações em Caxias do Sul no tempo presente (2005-2016). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel. Introdução: transitando através das fronteiras. In: **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011, p. 5-30.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de O. Teorias das migrações internacionais. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ABEP**, XII, 2000. Caxambu. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Belo Horizonte: UFMG/ABEP, 2000. Anais Online.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHROEDER, Allan Müller. **Regulação e controle do transporte público coletivo municipal em Balneário Camboriú/SC**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, S. A. Haitianos em Manaus: mercado de trabalho e exercício da cidadania. In: SILVA, S. A.; ASSIS, G. O. (Org.). **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: EDUA, 2016. p. 183-205.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1973. p. 29-60.



## ANEXOS

### A – Roteiro de entrevistas

#### Roteiro proposta

Dados de identificação dos entrevistados

Nome:

Local de origem (ascendência):

Tempo de residência no país:

Tempo de residência na cidade:

Escolaridade:

Trabalho:

Estado civil:

Situação conjugal:

Número de filhos:

Quantas pessoas residem em sua casa:

Religião (praticante ou não):

#### 1º bloco: A história de vida

*A família e a infância. A escola. As mudanças de cidade e/ou moradia. Projetos de vida (incluindo a questão da casa própria). As experiências associativas anteriores. A vivência religiosa.*

- O que seus pais faziam (qual a ocupação deles)?
- Como era sua família? Quantos irmãos e irmãs?
- Você tinha boa convivência com seus pais? E com seus irmãos?
- Quais as melhores lembranças da infância?
- Sua família era religiosa? Qual religião?
- Era praticante?
- Trabalhou durante a infância?
- Até que ano frequentou a escola?
- Como era(m) o(s) lugar(es) onde você passou a sua infância? (rural, urbano, pequeno, bonito, feio)
- Você gostava de lá?
- Por que mudou?
- Em que cidades você viveu?
- Qual cidade que você mais gostou de viver? Por quê?
- Como ficou sabendo do Brasil?
- Já morou em outros países? Quais? Por quanto tempo? Trabalhou nestes países? Onde?

## 2º bloco: A Migração

*A entrada na Brasil: Como se deu a viagem ao Brasil? A viagem foi documentada ou não? Qual o trajeto da viagem? Houve procura, ainda no Haiti, pelas autoridades consulares brasileiras? Como se motivou a motiva? Como arrecadou os recursos para a viagem? Veio sozinha, em grupo ou com outros familiares? Veio antes ou depois de algum familiar?*

- Onde mora?
- Como mora?
- Com quem mora?
- Quem na casa sai para trabalhar fora?
- Onde trabalha, quantas horas por dia, tem carteira assinada?
- Como é a rotina de trabalho?
- Se não há ninguém trabalhando na casa, como garantem a sua sobrevivência?
- Realizam atividades remuneradas eventuais? De que tipo?
- Frequentava espaços coletivos (igreja, grupo de oração, clube de mães, centro espírita, terreiro, associação profissional, time de futebol, torcida organizada, grupo de jovens, academia, grupo de dança, escola de samba, coral grupo musical)? Tem amigos nesses espaços? Costumam se encontrar?
- Quem são os seus amigos hoje? De onde os conhece?
- Já precisou utilizar os serviços de saúde do município? Qual foi a enfermidade? Como avalia o atendimento?
- Envia remessas aos familiares no Haiti?
- Envia remessas com que finalidade?
- Como a família utiliza efetivamente os recursos das remessas?
- Pensa em permanecer na cidade ou migrar a outra cidade ou país? Qual? Porque?
- Avalia que sua vida melhorou com a migração ao Brasil? Porque?

## 3º bloco: Gênero e Preconceito (somente para mulheres)

*A vida no Brasil: Como se desenvolvem as relações na comunidade haitiana de BC? Acredita ter dificuldades por ser mulher? Sofreu preconceito pelo fato de ser mulher? Tem espaço para discussão nas pautas da Associação dos Haitianos de BC?*

- Participa das reuniões da Associação dos Haitianos?
- Considera que suas opiniões são respeitadas e consideradas nas discussões da Associação?
- Qual sua opinião sobre a participação das mulheres na Associação?
- Sofreu algum tipo de preconceito na cidade?
- Qual local?
- Acredita ter sofrido preconceito?

## B – Relatório da Conferência Livre de Migração e Refúgio de Balneário Camboriú

### Relato Oficial

#### 1ª Conferência Livre de Migração Haitiana de Balneário Camboriú

##### Orientações para preenchimento

Estes são os formulários padronizados para todas as conferências preparatórias da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – 1ª COMIGRAR. Para que a sistematização das contribuições de todas as conferências seja possível, é fundamental o preenchimento integral de todos os campos solicitados, quando adequado. O prazo para envio dos formulários preenchidos é de cinco dias após a realização da conferência preparatória.

O preenchimento dos dados deverá ser feito diretamente nos formulários constantes neste arquivo, e devolvidos por email para a Comissão Organizadora Nacional (CON), através do endereço [comigrar@migrantes.gov.br](mailto:comigrar@migrantes.gov.br).

Qualquer dúvida, contate a CON através do telefone 61 2025-9362 ou escreva para o email [comigrar@migrantes.gov.br](mailto:comigrar@migrantes.gov.br).

##### Bloco I – Dados da Etapa

###### 1. Marcar com um “X” o tipo de conferência preparatória realizada:

Conferência Livre	X
Conferência Municipal	
Conferência Regional	
Conferência Estadual	

1. Para as Conferências Municipais, Regionais e Estaduais, digitalize e envie o arquivo do ato normativo governamental que convocou ou instituiu a conferência;
1. Informar os locais e data de realização da conferência e dos eventos pré-conferência, caso tenham ocorrido:

Sobre o evento principal da conferência:

Data: 30 de março de 2014
UF: Santa Catarina
Município: Balneário Camboriú
Endereço do local: Rua 1400, 492 - Centro - 88330-530

Sobre os eventos de pré-conferência: aconteceram ( x ) não aconteceram ( )

Quantos eventos pré-conferência aconteceram: 1
Nomes dos municípios, regiões, localidades ou bairros onde aconteceram: Ocorreram no município de Itapema, envolvendo os municípios de Balneário Camboriú, Itajaí, Itapema e Navegantes.
Qual o número total de participantes em todos os eventos pré-conferência juntos: 16

1. **Informar o nome completo dos participantes da conferência (somente do evento principal, caso tenha havido eventos de pré-conferência); digitar a relação de todos os participantes da conferência ou digitalizar a lista de presença do evento principal da conferência e enviar o arquivo em anexo:**
1. **Listar as organizações que coordenaram a conferência:**  
Centro de Direitos Humanos de Itajaí  
Laboratório de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí  
Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú
1. **Dados do responsável pelo preenchimento deste relatório:**

Nome completo Fabiana da Silva
Organização ou Órgão: Centro de Direitos Humanos de Itajaí
Cargo que ocupa: voluntária

E-mail: fabi.zarda@gmail.com
------------------------------

Telefones (com DDD): 47 9937-2155 – 3341-7968
---

## **Bloco II – Propostas e Delegados**

### **1. Digitar a programação da conferência**

15:00 – Abertura: Panorama da Migração na Região da Foz do Rio Itajaí Açu

15:30 – Apresentação da Metodologia da Conferência Livre

15:45 - Debates abertos de diagnóstico e problematização da realidade no município de Balneário Camboriú

17:00 - Elaboração de propostas derivadas das problematizações

18:45 – Apresentação e votação das propostas elaboradas

19:30 – Eleição e apresentação dos delegados eleitos

20:00 - Encerramento

### **1. Preencher a relação de todas as propostas elaboradas na conferência:**

Nº	Propostas	Eixo Temático relacionado	Nº de votos recebidos
1	CLBC – ET1 – P1 - Desenvolver <b>metodologias ágeis para a</b> emissão de carteiras de trabalho para imigrantes, uma vez que o atraso neste processo dificulta o acesso destes a vagas de emprego.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7
2	CLBC – ET1 – P2 - Aumentar a fiscalização dos órgãos responsáveis, visando reprimir casos de exploração do trabalho imigrante.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7
3	CLBC – ET1 – P3 - Criar mecanismos de divulgação da legislação trabalhista nacional <b>para a conscientização dos</b> imigrantes sobre seus direitos.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7
4	CLBC – ET1 – P4 - Criar mecanismos <b>que facilitem o acesso de imigrantes ao ensino</b> através de bolsas destinadas especificamente a estes grupos.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7

5	CLBC – ET1 – P5 - Facilitar o acesso dos imigrantes a programas já existentes de educação de jovens e adultos (EJA) voltados para o Ensino Médio, a exemplo do.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7
6	CLBC – ET1 – P6 – Articular junto ao Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e autoridades haitianas agilidade na emissão de certificado consular facilitando a emissão do visto no país.	<b>Eixo N° 1 – Igualdade de tratamento e acesso a serviços e direitos</b>	7
7	CLBC – ET2 – P1 - Criação de um departamento local, destinado a tratar de aspectos específicos da situação dos imigrantes, sanando dúvidas e prestando o auxílio necessário às questões de migração.	<b>Eixo N° 2 – Inserção social, econômica e produtiva</b>	7
8	CLBC – ET3 – P1 - Criar mecanismos de apoio para a divulgação da cultura haitiana, fornecendo espaços e estrutura para a realização de eventos culturais.	<b>Eixo N° 3 – Cidadania cultural e reconhecimento da diversidade</b>	7
9	CLBC – ET4 – P1 - Aumentar a fiscalização, por parte dos órgãos responsáveis, para evitar abusos e violações de direitos, em especial no ambiente de trabalho.	<b>Eixo N° 4 – Abordagem de violações de direitos e meios de prevenção e proteção</b>	7
10	CLBC – ET5 – P1 - Estimular a criação de associações de imigrantes, a fim de permitir melhor organização das demandas do grupo e dar apoio aos novos imigrantes.	<b>Eixo N° 5 – Participação social e cidadã, transparência e dados</b>	7
11	CLBC – ET5 – P2 - Solicitar representação de migrantes nos conselhos municipais pertinentes colaborando na inserção de novos imigrantes.	<b>Eixo N° 5 – Participação social e cidadã, transparência e dados</b>	7

## C – Carta de Florianópolis

### I Seminário "Migrações recentes em Santa Catarina e direitos fundamentais de trabalhadores/as"

Esse documento é uma síntese das demandas e encaminhamentos do I Seminário "Migrações Contemporâneas e direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras em Santa Catarina", realizado nos dias 06 e 07 de outubro de 2015. Esse seminário foi uma iniciativa do Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC), do Ministério Público do Trabalho (MPT – SC), do Grupo de apoio a imigrantes e refugiados em Florianópolis (GAIRF), da Pastoral do Migrante de Florianópolis e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado (CDH – Alesc)[1].

Durante o seminário, foram discutidas as principais demandas dos imigrantes recentes em Santa Catarina. O evento reuniu em um mesmo espaço de reflexão e encaminhamentos diferentes atores sociais relacionados à questão migratória, com protagonismo dos representantes das associações de imigrantes de diversas cidades de Santa Catarina. Para tal, realizamos na manhã do primeiro dia de evento o primeiro fórum das associações de imigrantes, no qual os representantes migrantes presentes puderam discutir um caderno de demandas, construído a partir de atividades e discussões realizadas desde 2014. O resultado das discussões do Fórum (feitas em grupos de trabalho sobre: acolhimento, documentação, cidadania, educação, integração e trabalho) foi encaminhado às mesas do Seminário sob a forma de relatoria, de modo que todos os participantes pudessem conhecer as principais demandas apresentadas – e as autoridades presentes, posicionarem-se em relação a elas e assumir responsabilidades.

Esse documento expressa também o nosso desejo de abrir um canal de diálogo com o Estado e suas Secretarias para que a questão entre na pauta, pois lamentamos a ausência da Secretaria de Assistência Social do Estado e da Polícia Federal, as quais não vieram ao Seminário e tampouco mandaram representantes. Por outro lado, gostaríamos de ressaltar a presença de todos os participantes, seja da sociedade civil, órgãos governamentais e demais entidades que se abrem à uma perspectiva de diálogo e efetivamente à prática necessária ao acolhimento a esses novos migrantes que buscam viver em condições dignas no nosso estado. É importante que haja sempre comprometimento destes órgãos e entidades com o acesso dos imigrantes a seus direitos.

Em primeiro lugar, esta carta quer destacar para as autoridades e para a sociedade, que estes novos imigrantes não devem ser percebidos e representados como um problema social. Conforme destacado ao longo do evento, o imigrante vem contribuir, colaborar com o enriquecimento da nossa sociedade. Neste sentido, ele não pode ser reduzido à mera força de trabalho, ele é também sujeito de direito e vem colaborar para tornar nossas sociedades mais plurais do ponto de vista cultural e mais ricas do ponto de vista econômico. Os movimentos migratórios têm que ser vistos de maneira positiva e não como problema, como muitas vezes tem sido colocada pela imprensa e pelo senso comum. Esperemos que este seminário e esse manifesto contribuam nesse sentido.

Esta carta reafirma em suas demandas os direitos fundamentais dos imigrantes sejam documentados ou não documentados: acesso a documentação, a educação, a saúde, respeito aos direitos trabalhistas, direito de organizar-se em Associações, o direito a integração cultural e ao respeito a sua cultura e seu modo de vida, bem como o combate a todas as

formas de preconceito e discriminação aos imigrantes. Novamente, estes avanços têm se dado apesar da legislação migratória, que ainda é muito restritiva em relação à associação e participação política dos imigrantes.

Reforçamos o desejo de que os pontos que compõem a Carta sejam analisados pelos órgãos competentes, e solicitamos, com isto, que providencias sejam tomadas, pelos respectivos órgãos envolvidos, no sentido de atender a estas demandas.

#### **Poder Executivo (União, Estado e Municípios):**

- 1) Criação de **Centros de Acolhimento** nas principais regiões receptoras do estado de Santa Catarina, que possibilitem a acomodação temporária dos imigrantes em situação de vulnerabilidade social. O trabalho já tem sido desenvolvido pelas entidades sociais, porém lidam com a escassez de recursos e falta de estrutura física. A responsabilidade primária deve ser do Poder Executivo, mas construída em parceria com estas entidades.
- 2) Criação de **Centros de Atendimento** a imigrantes financiado pelo poder público em parceria com a sociedade civil. Centros devem fornecer orientação para trabalho, acolhida, documentação. É necessária a disposição de funcionários qualificados para atender a variedade de demandas por documentação exigidas das diferentes nacionalidades. A responsabilidade primária deve ser do Poder Executivo.
- 3) Melhor articulação entre as diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal) e melhor definição de suas funções em matéria migratória, bem como a relação do poder público com as entidades sociais. A criação de um **Comitê Interinstitucional Estadual** seria um passo importante para essa articulação, a exemplo do que já ocorre nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.
- 4) **Cursos de capacitação de funcionários públicos** envolvidos com o atendimento da população imigrante.
- 5) Criação de uma **Política Estadual para a População Imigrante e Refugiada**, que contemple: criação de programas nas Secretarias Regionais voltados ao oferecimento de cursos profissionalizantes no Senac e no Senai para que os imigrantes e refugiados se profissionalizem e entrem no mercado de trabalho.
- 6) Criar um **cadastro para inclusão de refugiados nos programas psico-sociais do governo federal, estadual e municipal** e imediatas condições jurídicas para que os refugiados possam procurar emprego.
- 7) **Capacitação de professores** no ensino de língua portuguesa como língua adicional.
- 8) Compromisso com **ursos de português pra estrangeiro** para 2016.1.

9) **Flexibilização** da exigência de **tradução juramentada** para comprovação de escolaridade.

10) Criação de **políticas culturais** para população migrante.

#### **Grupo de trabalho de Migrações da Comissão de Direitos Humanos da Alesc:**

1) Construção de um Fórum de debates em que possam se articular as associações de imigrantes de forma a construir um processo de representatividade estadual e nacional. Novamente o GT teria a responsabilidade de fomentar este debate com as associações, inclusive ajudar criação de uma **confederação das associações**.

2) Oficiar à Corregedoria-Geral da Justiça, na questão de uma normativa para os cartórios extrajudiciais para **legalizar as associações** visando realizar consulta ao Ministério da Justiça sobre a legalização das associações dos imigrantes (art. 108, parágrafo único, da Lei 6.815/80) ou o reconhecimento da inconstitucionalidade do referido dispositivo em face ao direito de livre associação previsto no art. 5º, XVII, da Constituição Federal /1988, para fins de orientação aos cartórios extrajudiciais, bem como solicitação de consulta sobre a possibilidade de facilitação do registro de casamento de estrangeiros diretamente nos cartórios.

3) **Oficiar aos partidos políticos**, possuidores de legitimidade ativa, sugerindo a propositura de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – em relação ao art. 108 do Estatuto do Estrangeiro.

4) Oficiar à Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT – e a responsável estadual, **para a retirada da limitação temporal** de 180 (cento e oitenta) dias de validade do protocolo de pedido de carteira de identidade de estrangeiro (CEI) como documento válido para viagens em território nacional, previsto no art. 8º, § 1º, da Resolução ANTT n. 4.308/2014, limitado a 180 dias, porquanto a expedição da CEI tem demorado mais do que o referido prazo. Sugestão abolir o prazo de 180 dias, o grupo de trabalho poderia solicitar que o protocolo continue válido, pois os estrangeiros. Esses questionamentos devem ser direcionados aos Grupo de Trabalho criado a partir da Assembleia Legislativa.

5) **Apurar ou encaminhar a autoridades competentes a denúncia** de recusa de atendimento a criança em Posto de Saúde em Itajaí ocorrida durante o Seminário.

6) **Protagonismo** nas discussões da nova lei migratória brasileira.

7) Criar uma **rede de comunicação** entre Associações e entidades que atuam com os imigrantes.

**Atendimento na Policia Federal e demais órgãos públicos:**

- 1) **Acelerar o processo de regulamentação** dos imigrantes e refugiados. O excesso de burocracia, de taxas e, às vezes, o desconhecimento de alguns funcionários da Polícia Federal das diferentes normativas expõem o imigrante a situações de vulnerabilidade devido ao prolongamento do processo de regularização de sua situação no país, ao pagamento de **taxas** e viagens ao exterior desnecessárias.
- 2) Especificamente no caso da Polícia Federal é urgente a disposição de **funcionários/estagiários com fluência em francês e creole**. Preferencialmente um profissional com domínio também de dialetos, por isso a relevância em analisar a contratação de estudantes de línguas das universidades da região como estagiários.
- 3) Buscar a possibilidade de **solicitação de isenção de taxas**, especialmente para imigrantes em caso de vulnerabilidade social e/ou quando existe um comprometimento do processo de reunificação familiar.
- 4) Assegurar a **validação dos documentos oficiais** emitidos em seus países de origem.
- 5) No caso de **pedidos de refúgio** com alta probabilidade de negativa que seja solicitado o repasse dos pedidos do CONARE para o CNIg.

**Ministério Público do Trabalho, Entidades Patronais e Sindicatos:**

- 1) As **denúncias de situação precária de trabalho** levantadas no Seminário devem ser encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho e averiguadas. Algumas das denúncias citadas: alojamentos superlotados, violência no trabalho contra trabalhador em virtude de reclamações das condições de trabalho, demissão daqueles que se rebelaram contra a violência, discriminação aos haitianos no balcão de emprego.
- 2) Agilizar **programas de direcionamento das mulheres ao trabalho**. Mais de 90% das haitianas tem dificuldade de inserção laboral.
- 3) Criação de um grupo de trabalho de **fiscalização dos processos de recrutamento** e acompanhamento da realização de promessas (salários, alojamento, condições de trabalho).
- 4) Ampliar o **envolvimento dos sindicatos** com as demandas e direitos de imigrantes e refugiados.
- 5) Providenciar **contratos de trabalho bilíngues e claros** na admissão e rescisão de contrato.

- 6) Garantir a **isonomia no pagamento e no trabalho realizado**, sem discriminação e sobrecarga de atribuições pelo fato de ser estrangeiro.
- 7) Apoiar **criação de uma Federação de imigrantes** em Santa Catarina a partir dos representantes de associações presentes no Seminário com apoio do MPT.
- 8) Criar **mecanismos facilitadores de contratação** de sua força de trabalho, promovendo e instigando inserção digna dos imigrantes no mercado de trabalho.
- 9) Campanha de **sensibilização de empresários e sociedade civil**, para que o trabalhador imigrante seja respeitado.
- 10) Implementar programas de **convalidação dos diplomas e certificados** de formação técnica, profissional e escolar, com tradução juramentada gratuita. Que estes programas objetivem a compatibilidade entre a formação/qualificação profissional e a prática laboral.
- 11) A necessidade de **bolsas de trabalho** para imigrantes haitianos, senegaleses, ganeses e outros que estejam estudando e possam trabalhar nos órgãos públicos e fazendo papel de intermediários culturais ajudando as pessoas no acesso a serviços públicos.

**Entidades educacionais e culturais:**

- 1) Fomentar a inclusão da **questão cultural** no debate migratório.
- 2) Divulgar e ampliar a oferta do programa Certifique e do programa validação de Saberes e conhecimentos que **reconhecem saberes** que não correspondem a um grau de escolaridade específico.

Cabe ao Estado, a partir das demandas encaminhadas, estabelecer políticas públicas em âmbito estadual para o acolhimento e atendimento aos imigrantes recentes em Santa Catarina, para que estes possam ter oportunidade de construir sua vida no estado. Esses imigrantes recentes merecem, assim como os imigrantes que chegaram aqui no final do século XIX, políticas de acolhimento e integração, oportunidades de vida e de trabalho. Que sejam acolhidos e respeitados e que sejam combatidas e denunciadas situações de desrespeito, discriminação e xenofobia.

Florianópolis, 06 de outubro de 2015

---

[1] O evento teve o apoio financeiro da FAPESC, por meio do projeto do Edital Eventos 2015.2, do PPGPLAN da UDESC e do Ministério Público do Trabalho de SC.